



TCE RJ

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria-Geral de Planejamento



**ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

2008

MESQUITA

Conselho Deliberativo

Presidente

José Maurício de Lima Nolasco

Vice-Presidente

Jonas Lopes de Carvalho Junior

Conselheiros

Aluisio Gama de Souza

José Gomes Graciosa

Marco Antonio Barbosa de Alencar

José Leite Nader

Julio Lambertson Rabello

Ministério Público Especial

Horacio Machado Medeiros

Secretário-Geral de Controle Externo

Ricardo Ewerton Britto Santos

Secretária-Geral de Planejamento

Maria Alice dos Santos

Secretário-Geral de Administração

Emerson Maia do Carmo

Secretária-Geral das Sessões

Leila Santos Dias

Procurador-Geral

Sylvio Mário de Lossio Brasil

Chefe de Gabinete da Presidência

Adriana Lopes de Castro

Diretor-Geral da Escola de Contas e Gestão

José Augusto de Assumpção Brito

Coordenador-Geral de Comunicação Social,

Imprensa e Editoração

Mauro Silveira

Arte e Editoração:

Coordenadoria de Comunicação Social, Imprensa e Editoração

Praça da República, 70/4º andar

20211-351 - Rio de Janeiro - RJ

Tels.: (21) 3231 4134 / (21) 3231 5283

www.tce.rj.gov.br



APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, dando prosseguimento à série, apresenta a oitava edição dos “Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses”, que abrange o período de 2002 a 2007.

O trabalho, iniciado em 2001, acompanha a evolução de diversos indicadores anuais, com o objetivo de prover administradores públicos e demais interessados de um conjunto de elementos capaz de servir como alicerce para a elaboração de políticas públicas efetivas, no âmbito local ou regional, e de projetos voltados ao desenvolvimento dos municípios fluminenses.

Todos os exemplares estão disponíveis no Portal do TCE-RJ, o que propicia o acesso a onze anos de informação sobre dados demográficos e geográficos, meio ambiente, educação, saúde, trabalho e renda, gestão, economia e finanças municipais, além dos temas especiais abordados a cada ano.

Nesta edição, aspectos históricos, demográficos, turísticos e ambientais foram revisados. Na gestão municipal, enfocou-se a evolução dos quadros funcionais e o progresso do governo eletrônico; nos indicadores sociais, registraram-se os desempenhos comparativos dos exames nacionais. Efetuou-se a análise do mercado de trabalho, com a apresentação detalhada do perfil das admissões e dos desligamentos do emprego formal. Um novo indicador, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM, apresentou-se como tópico de encerramento do capítulo dos Indicadores Sociais, ponderando emprego/renda, educação e saúde.

Observe-se, também, a ênfase dada à economia e ao desempenho relativo que cada município tem em relação aos demais no território fluminense. Após a apresentação da seqüência do Produto Interno Bruto, procedeu-se à análise, em perspectiva comparada, da dinâmica econômica municipal dos últimos quinze anos, disponibilizando o horizonte próximo de aumento da participação de cada município no montante do ICMS, redistribuído pelo governo estadual, em decorrência da Lei nº 5100/07, relativa ao chamado ICMS Verde.

Em tempos de economia globalizada, considerou-se o desempenho do comércio exterior não somente no âmbito estadual, como também no municipal. Apesar da pouca expressividade da agropecuária no Estado do Rio de Janeiro, para muitos municípios das Regiões Serrana, Centro-Sul, Norte e Noroeste Fluminense essa atividade adquire relevância, seja por sua representatividade econômica, seja pela utilização de mão-de-obra intensiva, o que conduziu à análise da pecuária e da agricultura local ao final do capítulo dos Indicadores Econômicos.

É notório o recrudescimento das demandas da sociedade. Essa dinâmica, reforçada pela valorização do planejamento e pela necessidade de gerar resultados, impõe ao gestor da coisa pública um maior preparo, sobretudo para a prospecção de cenários e para a elaboração de projetos hábeis a atender, com rapidez e economicidade, aos clamores da população.

Diante desse quadro, os “Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses”,

com suas informações, pretendem fomentar a reflexão sobre a realidade local de cada um dos entes retratados, além de ampliar a percepção de oportunidades e potenciais, em nível regional.

Este livro faz parte de uma coleção, elaborada por técnicos da Secretaria-Geral de Planejamento – SGP, que reúne os noventa e um estudos de cada município jurisdicionado do Tribunal de Contas, além de um caderno que compara os desempenhos das finanças dos mesmos municípios.

O envio de sugestões e críticas será bem-vindo, inclusive por meio do e-mail sgp@tce.rj.gov.br.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

Novembro de 2008



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
I - HISTÓRICO	6
II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	7
Aspectos demográficos.....	8
Aspectos turísticos.....	10
Atrações naturais.....	11
Artesanato	12
Principais festas populares	12
Uso do solo.....	12
Gestão municipal	15
Governo eletrônico	17
Serviços informativos:.....	20
Serviços interativos:.....	22
Serviços transacionais:.....	24
III - INDICADORES SOCIAIS	25
Educação no Estado do Rio de Janeiro.....	26
Resultados de exames nacionais	28
Educação no município.....	29
Saúde	30
Mercado de trabalho	32
Um novo indicador de desenvolvimento	35
IV - INDICADORES ECONÔMICOS	38
Economia regional e local.....	38
Dinâmica econômica dos municípios e o IPM	44
Comércio exterior	47
Comércio exterior do município	50
Agropecuária	50
Quadro da evolução da pecuária municipal.....	50
Quadro da evolução da agricultura municipal.....	52
V - INDICADORES FINANCEIROS	55
VI - CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

I - HISTÓRICO ¹

Há 500 anos a região de Mesquita era habitada por Jacutingas, índios que se enfeitavam com penas de uma ave chamada jacu branco. A decadência dos Jacutingas começou quando estes passaram a participar, junto com outras nações indígenas, da Confederação de Tamoios. O motivo desse movimento foi a revolta dos índios diante da ação violenta dos portugueses. A luta entre índios e portugueses, seguida de doenças contraídas pelo contato com o branco, dizimou centenas de índios que lutaram para resistir à escravidão. O bairro de Jacutinga é o único em toda a Baixada Fluminense que ainda preserva a memória desses valorosos indígenas.

Registra a história que o município de Mesquita é oriundo de terras pertencentes ao atual município de Nova Iguaçu que, após a sua reestruturação ficou subdividido em 5 distritos, quais sejam: Iguassú, Pilar, Merity, Marapicu e Jacutinga.

Por volta de 1700, um engenho já funcionava na descida da Serra da Cachoeira produzindo açúcar e aguardente com mão-de-obra escrava. Nos arredores desse engenho, cresceu um arraial para fazer frente à demanda de tropeiros e carroceiros que por ali passavam e abasteciam-se na cachoeira que havia nos arredores. O engenho era situado onde hoje está o Parque Municipal e seu proprietário era o Capitão Manoel Corrêa Vasques. As terras passaram por vários donos até parar nas mãos de Jerônimo José de Mesquita, o primeiro Barão de Mesquita.

Em 1884, quando a Estrada de Ferro chegou às terras, a parada de trem passou a se chamar Barão de Mesquita. Nessa época, as fazendas começaram a não dar mais lucros, principalmente por conta da abolição dos escravos, e a fazenda da Cachoeira foi vendida e transformada em chácaras de plantio de laranjas. No início do século XX surgiram as olarias, atraídas pela qualidade do barro e por áreas alagadas da região. Com a expansão do sistema ferroviário, foram implantadas várias estações sendo que uma delas ficou localizada no centro do antigo arraial da Cachoeira, o qual logo mudou de nome para Jerônimo de Mesquita, posteriormente simplificado para Mesquita.

Durante muitos anos a paisagem de Mesquita foi formada por laranjais, olarias e poucas residências. Por volta de 1940 a população atingia cerca de nove mil habitantes, mas a decadência na produção de laranjas provocou a venda das chácaras e começaram a surgir os primeiros loteamentos entre o pé da Serra e a Estrada de Ferro. Pouco a pouco as olarias também deram lugar aos loteamentos e, em 1950, a população triplicou. Na mesma época começaram a se estabelecer, em Mesquita, fábricas que ajudaram a impulsionar a economia da região, dando início a período de industrialização e progresso continuado, estando aí localizada a sede da única Estação Aduaneira de Porto Seco da Baixada Fluminense.

Com a edição da Lei Estadual n.º 3.253, de 25 de setembro de 1999, Mesquita é desmembrado de Nova Iguaçu e instalado em 1º de janeiro de 2001.

1 - Fontes: www.ipahb.com.br/mesquita.php e www.mesquita.rj.gov.br.

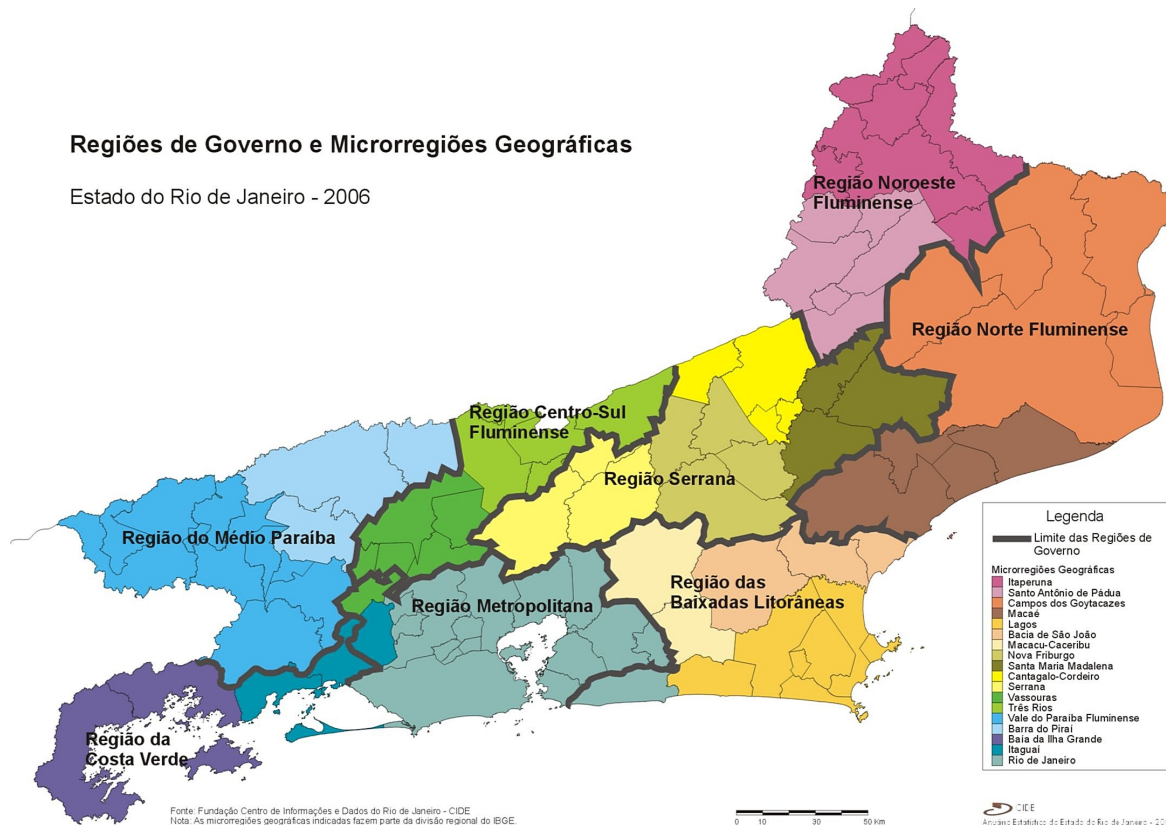


II - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Mesquita pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas

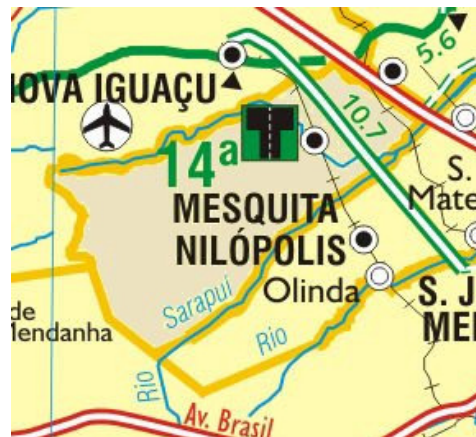
Estado do Rio de Janeiro - 2006



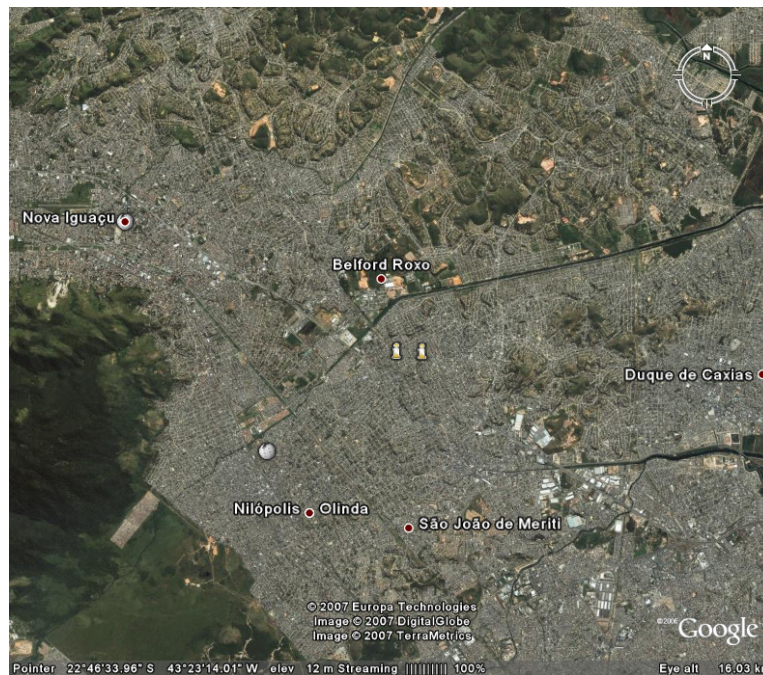
O município tem uma área total ² de 41,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 0,7% da área da Região Metropolitana. Os limites municipais, no sentido horário, são: Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis e Rio de Janeiro.

Mesquita está integrado ao sistema viário e ferroviário da capital do Estado, dada sua vizinhança à cidade do Rio de Janeiro.

As imagens a seguir apresentam o mapa do município e uma perspectiva de satélite capturada do programa Google Earth, em janeiro de 2007.



Fonte: DER-RJ (2006)



Mesquita e Nova Iguaçu, conurbados com São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo e Duque de Caxias a leste e a capital a sul, em foto a 16km de altitude, numa clara identificação da dimensão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

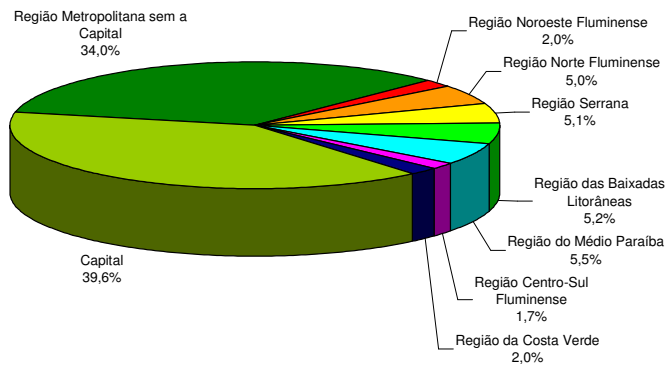
Aspectos demográficos

De acordo com cálculos do IBGE, com base no Censo de 2000, o então distrito de Mesquita tinha uma população de 164.879 habitantes, correspondentes a 1,5% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 92 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 3.963 habitantes por km², contra 2.380 habitantes por km² de sua região.

MESQUITA

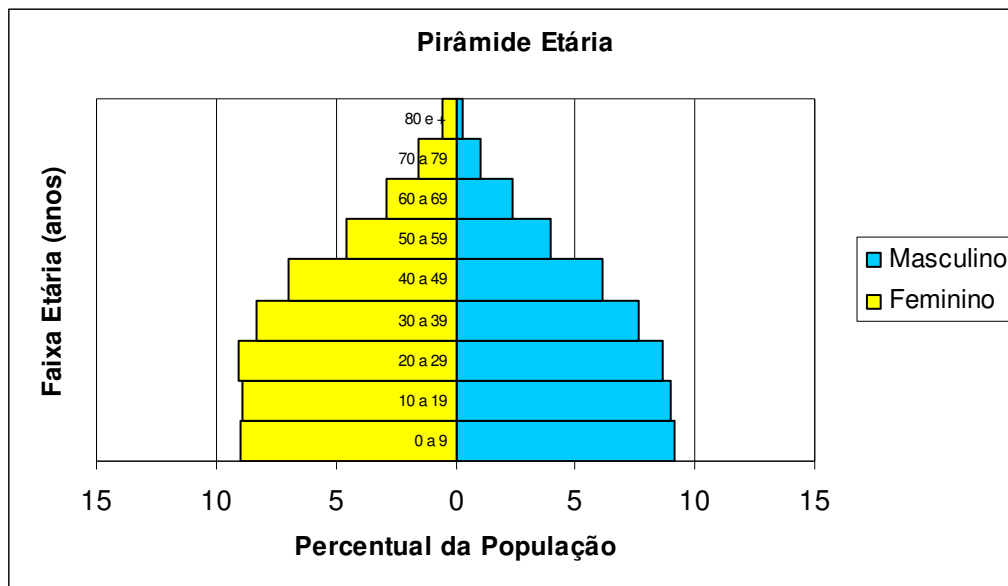
A distribuição da população no Estado em 2007 dá-se conforme gráfico a seguir:

Distribuição da População - 2007



A população estimada de Mesquita em 2007 ³ é de 182.495 pessoas. O município tem um contingente de 122.226 eleitores ⁴, correspondentes a 67% do total da população.

A distribuição da população em 2007 ⁵ apresenta o seguinte quadro:

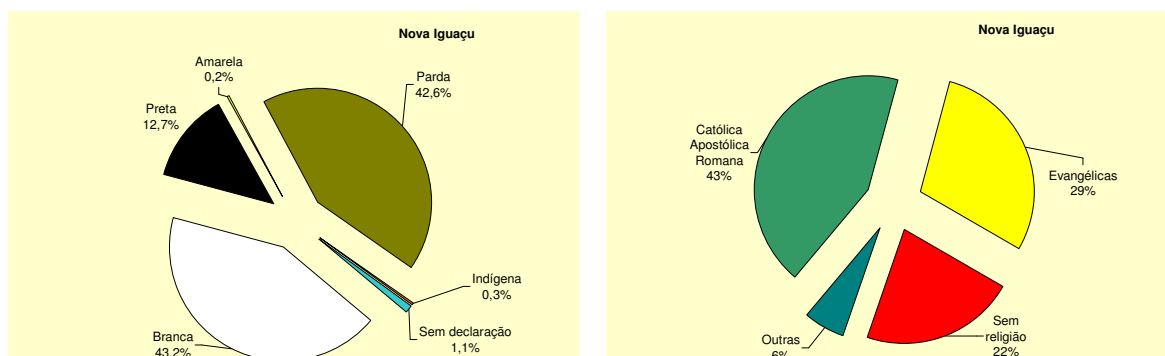


3 - Em 2007, foi realizada pelo IBGE a contagem da população nos municípios com até 170 mil habitantes. A pesquisa visou a fornecer dados atualizados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de forma a reduzir os efeitos das distorções nas estimativas municipais provocadas pelo afastamento da data do último recenseamento de 2000. Os municípios que não participaram da contagem têm as estimativas da população residente para a mesma data de referência da pesquisa, 1º de abril de 2007.

4 - TSE – Dados de abril 2007

5 - Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm>. Acesso em 16/07/2008.

Apresentam-se, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião, de acordo com o Censo 2000:



Percebe-se a predominância de pessoas que se declaravam afrodescendentes, representando 55,3% da população, contra 43,2% de brancos e que a proporção de católicos, 43%, era superior à soma dos praticantes de outras religiões.

Mesquita possui 1 agência de correios⁶, 3 agências bancárias⁷ e 5 estabelecimentos hoteleiros⁸. Quanto aos equipamentos culturais⁹, o município dispõe de 1 cinema e 1 biblioteca pública.

Aspectos turísticos¹⁰

O turismo proporciona diversos benefícios pois gera empregos, bens e serviços e melhora a qualidade de vida da população. Traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infra-estruturais. Ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local e trazendo uma maior compreensão das pessoas de diversas origens.

A Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a Turisrio, apresenta os potenciais turísticos do Estado, divididos em treze regiões distintas, conforme suas características individuais.

6 - ECT - 2006

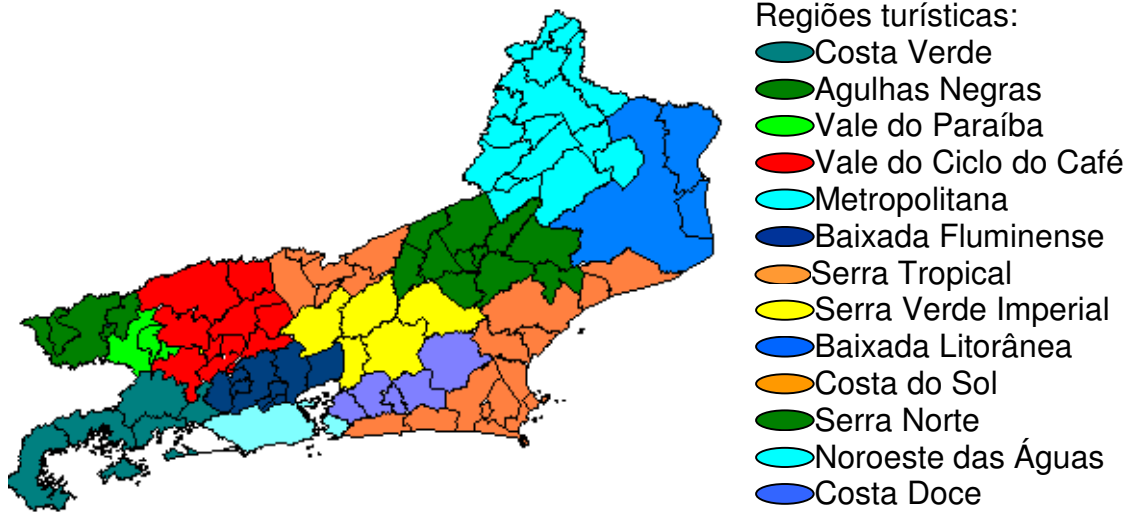
7 - BACEN - 2006

8 - MTE-RAIS - 2006

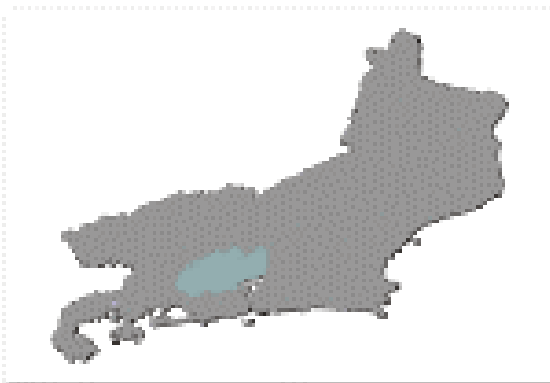
9 - IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006

10 - Para maiores informações, consulte www.turisrio.rj.gov.br e www.mesquita.rj.gov.br

MESQUITA



Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica pertencem à **região turística Baixada Fluminense**.



Atrações naturais

O sítio oficial do município (www.mesquita.rj.gov.br), acessado em 10/09/07, disponibiliza um mapa que permite identificar uma grande área verde em Mesquita.



A Gleba Modesto Leal é uma área de proteção ambiental com 1.100 hectares que atrai visitantes de vários municípios da Baixada. Localizado no Maciço do Gericinó, entre as serras de Madureira e do Mendanha, o Parque criado em 1998 abriga um vulcão extinto com 72 milhões de anos e a Cachoeira Vêu da Noiva, também conhecida como Cachoeira Grande. O casarão destinado ao Centro de Visitantes foi sede de fazenda no século XIX.

Outro destaque é a sala de cinema Zelito Viana, inaugurada em julho de 2004, com sessões de quinta à domingo.

Artesanato

As principais atividades artesanais¹¹ desenvolvidas no município, levando em consideração as de maior quantidade produzida, são:

- Bordado
- Material reciclável

Principais festas populares

- Setembro - Festa da Cidade
- Novembro - Semana da consciência negra

Uso do solo

Em maio de 2003, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE publicou o Índice de Qualidade dos Municípios - IQM - Verde II, seqüência do estudo lançado em julho de 2001. Ambos comparam as áreas cobertas pelos remanescentes da cobertura vegetal com as ocupadas pelos diversos tipos de uso do solo, criando, desta forma, o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS). O monitoramento dos diferentes ambientes fitoecológicos pode servir de guia para o estabelecimento de políticas públicas confiáveis. As informações do mapeamento

11 - I BGE - Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006



MESQUITA

digital têm base em dados coletados em 1994 (primeiro IQM) e em 2001 (segundo estudo).

No Estado do Rio de Janeiro o mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal teve a seguinte evolução:

Uso do solo	Área em km ² (1994)	%	Área em km ² (2001)	%
Pastagens	19.556	44,5	21.669	49,4
Florestas ombrófilas densas (formações florestais)	7.291	16,6	4.211	9,6
Capoeiras (vegetação secundária ¹²)	6.814	15,5	8.071	18,4
Área agrícola	4.135	9,5	4.167	9,5
Restingas, manguezais, praias e várzeas (formações pioneiras)	1.900	4,3	1.579	3,6
Área urbana	1.846	4,2	2.763	6,3
Corpos d'água	995	2,3	921	2,1
Não sensoriado	586	1,3	0	0,0
Área degradada	506	1,2	132	0,3
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5	175	0,4
Outros	39	0,1	132	0,3
Total	43.909	100,0	43.820	100,0

São relevantes as mudanças ocorridas em um período de apenas sete anos, durante os quais campos e pastagens cresceram 11%, sem que isso tenha significado aumento da produção pecuária. As formações florestais foram reduzidas em 42% de sua área original, enquanto a vegetação secundária crescia 18%. Não houve expressividade no aumento de um ponto percentual em área agrícola. As formações pioneiras foram reduzidas em 17% e áreas urbanas aumentaram seu tamanho em 50%.

Os municípios do Estado do Rio de Janeiro foram classificados segundo os Índices de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal – **IQUS** abaixo:

IQUS	Características
Rodeio	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas
Rural	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas, degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens
Nativo	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; pouca influência das áreas urbanas e degradadas
Verde	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas
Metrópole	Maior percentual de áreas urbanas

12 - De acordo com a Resolução CONAMA nº 010, de 01/10/93, a vegetação secundária é resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação natural por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.

Nova Iguaçu, com base no levantamento de 1994, tinha sua área distribuída da seguinte maneira: 34% de floresta ombrófila densa, 15% de vegetação secundária, 19% de área urbana, 17% de pastagens e 12% de área degradada. Assim, o município se encaixava no cluster D1 – NATIVO I, agrupamento com grandes áreas de formações originais, seguidas por um padrão homogêneo de áreas urbanas e pastagens, com presença de vegetação secundária.

Já em 2001, Mesquita apresenta 44% do território com formações florestais, 36% de área urbana, 10% de campo/pastagem e 7% de área degradada. O segundo estudo classificou-o como pertencente ao cluster D2 – NATIVO/METRÓPOLE, caracterizado por domínio de formações originais, com média de 44%, e de áreas urbanas, ocupando uma média de 38% do território. Dentre as localidades deste agrupamento, constam quatro municípios na Região Metropolitana – Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita e Nilópolis; além de Arraial do Cabo, único município da Região das Baixadas Litorâneas.

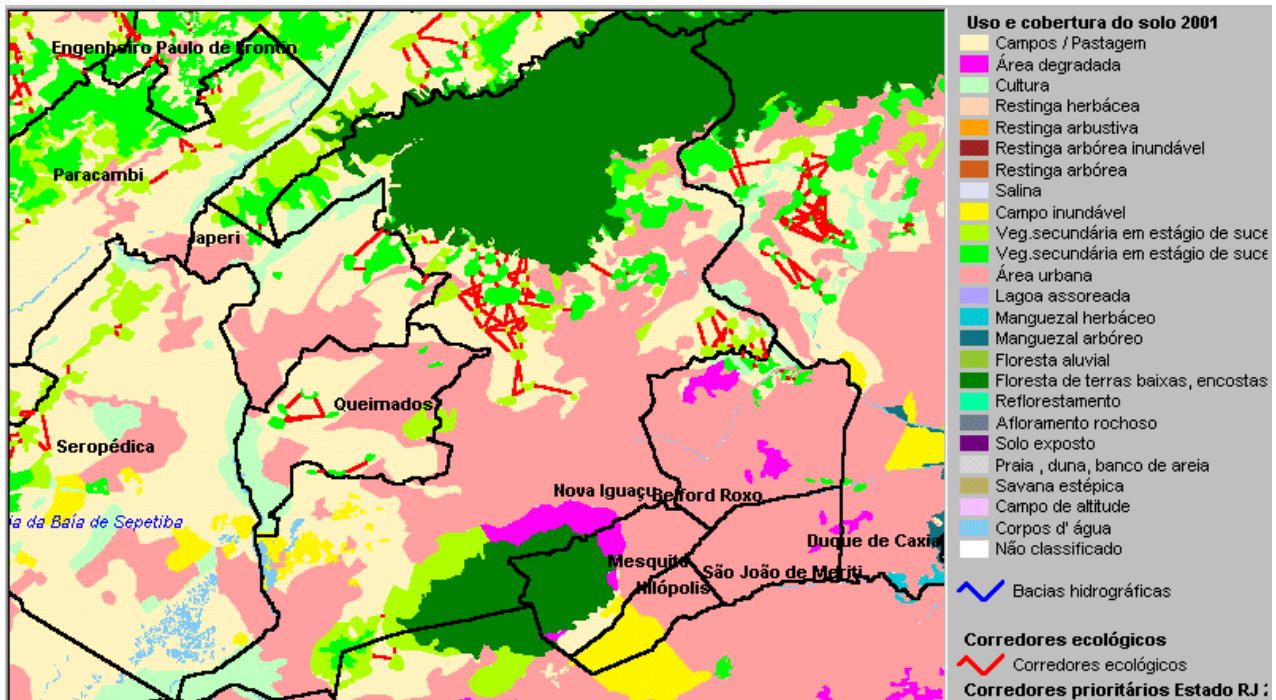
O IQM - Verde identifica, ainda, os Corredores Prioritários para a Interligação de Fragmentos Florestais (**CPIF**), ou Corredores Ecológicos, como foram denominados mais recentemente, para escolha de áreas de reflorestamento. Devido às atividades do homem, a tendência dos ecossistemas florestais contínuos, como as florestas da costa atlântica brasileira, é de fragmentação. O processo de fragmentação florestal rompe com os mecanismos naturais de auto-regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais. Num ambiente ilhado, ocorre maior pressão sobre os recursos existentes, afetando a capacidade de suporte dos ambientes impactados, aumentando-se o risco de extinção de espécimes da flora e da fauna.

A reversão da fragmentação apóia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos de floresta, vegetação secundária e savana estépica. Esses eixos conectores são denominados corredores. Além de viabilizar a troca genética entre populações, eles possibilitam a integração dos fragmentos numa mancha contínua, alavancando a capacidade de suporte da biodiversidade regional.

Segundo esses parâmetros, Mesquita não apresenta áreas para reflorestamento, por não haver formação de corredores, ou pela inexistência de corredores inferiores a dois mil metros de comprimento.

A figura a seguir, gerada a partir do programa do CD-ROM do IQM - Verde II, apresenta os tipos de uso do solo no território municipal, estando marcados em vermelho os corredores sugeridos.

MESQUITA



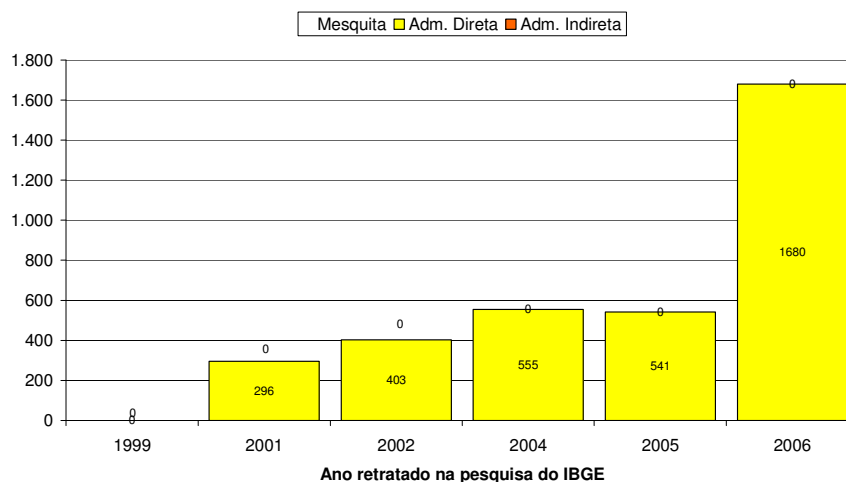
O IQM - Verde II prossegue com a análise de custo de implantação desses corredores; com a comparação do tipo de uso e cobertura do solo de fotos realizadas entre 1956 e 1975 e a última coletânea de 2001; com uma outra análise por bacia hidrográfica e complexo lagunar; com estudos sobre as variações climáticas nas últimas três décadas, manejo de florestas, avaliação de estoque de carbono e outros, configurando-se instrumento essencial para melhor conhecimento do elemento terra e sua utilização em nosso Estado, e das ações possíveis para sua recuperação e preservação a curto, médio e longo prazos.

Gestão municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais é apurada pelo IBGE na totalidade dos municípios do País desde a primeira edição, referente a dados de 1999. Trata-se de pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal, e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal.

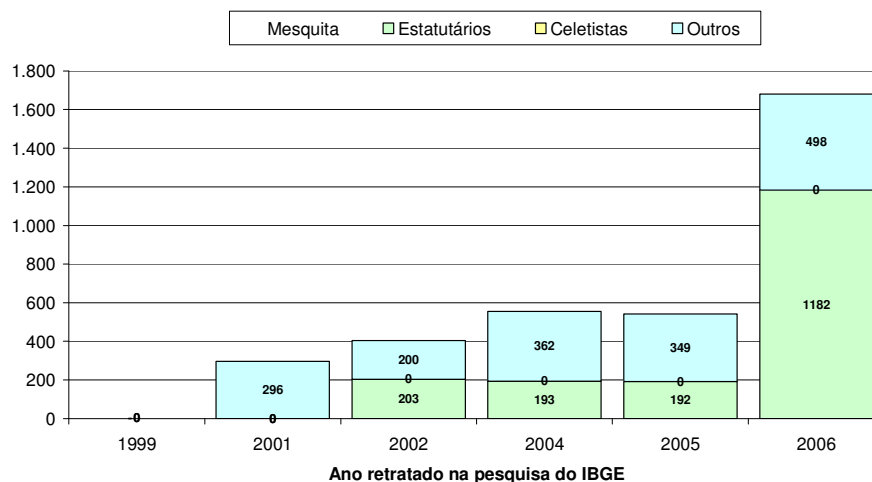
A pesquisa apurou diversas questões em 1999, 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006. De acordo com a mesma, o quadro de pessoal do município apresentou a seguinte evolução:

Evolução do número de funcionários do município



O vínculo empregatício dos servidores e funcionários apresentou o seguinte comportamento:

Total de funcionários da administração direta do município por vínculo empregatício

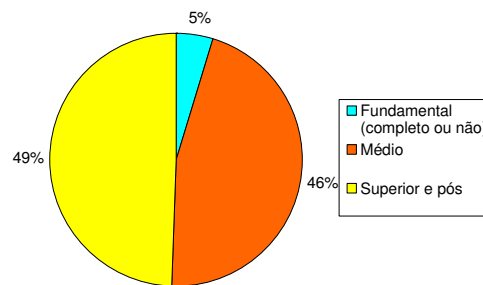


O número de 9,05 funcionários por mil habitantes em 2006¹³ representa um crescimento de 417% deste rateio em relação a 2001, ano de implantação do município. A população, nesses cinco anos, cresceu 10%, enquanto o número de servidores e funcionários teve uma variação de 468%.

Já a formação dos quadros municipais teve sua última avaliação feita na pesquisa referente a 2005 e tem a seguinte distribuição:

13 - Segundo projeções do próprio IBGE antes da contagem da população de 2007 para cidades com menos de 150 mil habitantes, o que poderá acarretar em revisão das projeções populacionais a partir do Censo 2000.

Formação dos servidores da Administração Direta - 2005



A edição 2007 deste Estudo traz a distribuição da formação dos servidores e funcionários por vínculo empregatício em maior detalhe. Para acessá-la, basta entrar no portal www.tce.rj.gov.br e pesquisar no perfil dos municípios.

Levantamento realizado revelou que, em 2006, mesmo ano da última pesquisa do IBGE, o município possuía os seguintes órgãos na Administração Direta: Prefeitura Municipal; Câmara Municipal e Fundo Municipal de Saúde. O município não apresentava entidades na Administração Indireta.

A última pesquisa, publicada no final de 2007, apresentou outras análises referentes a gestão, mecanismos de incentivo à implantação de empreendimentos e aspectos relativos à tecnologia da informação. Este último é objeto do tópico a seguir.

Governo eletrônico

O termo governo eletrônico, ou *e-government*, se refere ao uso de tecnologias de informação e comunicação para a promoção de relações mais transparentes e eficientes entre a administração pública e o cidadão. É uma importante ferramenta que visa a simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos.

Esse novo modelo de gestão pública é central para a efetivação de reformas que possam garantir o acesso a serviços e informações, diminuindo a exclusão digital imposta pela falta de acesso à infra-estrutura básica de comunicação, sem mencionar seu papel econômico. Como estratégia para construção e afirmação de novos direitos e consolidação de outros, a inclusão digital deve ser tratada como objeto prioritário de políticas públicas.

Com várias premiações, o município de Piraí tem sido exemplo na modernização da gestão pública local com seu programa "Piraí Digital", que visa à democratização do acesso aos meios de informação e comunicação, gerando oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Ao adotar o uso de *software* livre, sua política de inclusão digital e empresarial foi baseada em tecnologias de redes híbridas (sem fio e cabeada) de banda larga. Seqüencialmente, executou-se a interconexão dos órgãos que compõem o governo municipal local, a informatização das escolas, bibliotecas e centros de estudos municipais da rede pública, dos postos de saúde e criou-se um pólo para ensino universitário e capacitação de professores. Em seguida, disponibilizou-se a

tecnologia diretamente para o cidadão com a instalação de espaços públicos gratuitos para acesso à internet. O município vem alcançando resultados expressivos na modernização das secretarias e demais órgãos públicos, respeitando a cultura local e a velocidade de absorção das ferramentas tecnológicas pelo cidadão comum.

O Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro – PRODERJ vem reproduzindo esse conceito para outras cidades do Estado do Rio de Janeiro. Conhecido como Município Digital, tem por objetivo contribuir para a modernização da gestão pública local, além de ser um importante veículo de inclusão digital. Como parte desse trabalho, o PRODERJ desenvolveu o Programa Internet Comunitária, no qual vários Centros de Internet foram implementados oferecendo à população treinamentos gratuitos de alfabetização digital, acesso à *web* em banda larga, assim como diversos serviços de governo eletrônico. Os seguintes municípios foram beneficiados até o momento: Araruama, Areal, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Cardoso Moreira, Carmo, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaperuna, Macaé, Mangaratiba, Mendes, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paraty, Paty do Alferes, Petrópolis, Pinheiral, Piraí, Quissamã, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Santo Antônio de Pádua, Sapucaia, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

Os principais obstáculos para as atuais iniciativas de oferecimento de serviços à população por meio da internet são a dificuldade de acesso à rede e a falta de familiaridade com a tecnologia.

Este trabalho vem acompanhando, desde 2006, o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica.

O desenvolvimento do *e-government* passa por quatro estágios diferentes. O primeiro deles consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são reunidos em uma espécie de portal oficial com finalidade **informativa**.

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a Internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *online* de sua empresa. Neste âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do governo eletrônico, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Neste estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, educação à distância, matrículas na rede pública, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, valores são trocados e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela Internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas no quarto estágio de implantação do governo eletrônico. Neste estágio, é desenvolvido um tipo de portal que



MESQUITA

não é mais um simples índice de sítios, mas uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelo governo. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em órgãos, secretarias, departamentos etc.

Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, conseguem resolver aquilo que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, estes devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de departamentos que, interligados por uma infra-estrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão “em tempo real”. Neste último estágio, o sítio é qualificado como **integrativo**.

No estudo realizado em 2007, 100% das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro possuíam sítios oficiais, mas os serviços oferecidos à população eram ainda bastante deficientes.

De acordo com levantamento realizado ao longo de 2008, ao final de setembro encontrava-se desabilitado o sítio de Duas Barras e estava em manutenção o de Magé, que manteve disponível apenas os serviços de IPTU e ISS *online*. O sítio do município de Aperibé somente pode ser acessado através de senha, configurando-se mais como uma intranet.

A grande maioria dos sítios municipais fluminenses continua em seu estágio inicial, ou informativo. O serviço de Ouvidoria, como nas pesquisas anteriores, continua sendo o mais oferecido. Outros serviços com maior destaque foram os relacionados a impostos e editais de licitação.

Os municípios que apresentaram serviços transacionais foram: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Itaboraí, Laje do Muriaé, Macuco, Mesquita, Nova Iguaçu, Petrópolis, Quissamã, Resende, São Gonçalo e Volta Redonda. Petrópolis continua se destacando nessa categoria, seguido por Angra dos Reis e Barra Mansa.

As tabelas a seguir apresentam o estágio em que se encontram os sítios dos governos municipais. Somente foram considerados na avaliação os serviços ou informações disponíveis no mês de fechamento da pesquisa: setembro de 2008.

Serviços informativos:

Municípios com sítios informativos	História do Município	Geografia	Economia	Finanças Públicas	Cultura e Entretenimento	Saúde	Educação	Meio Ambiente	Infra-estrutura	Tributação	Legislação	Notícias	Turismo	Estrutura Administrativa	Investimentos	Políticas Públicas	Trabalho e emprego	Trânsito	Plano Diretor	Total
Angra dos Reis	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			17
Aperibé																				0
Araruama	1	1			1	1	1				1	1	1	1					1	10
Areal	1		1	1	1	1	1					1	1	1						8
Armação dos Búzios	1	1								1	1	1		1					1	7
Arraial do Cabo	1	1		1	1					1	1	1	1	1	1	1			1	12
Barra do Pirai	1	1		1	1		1		1	1	1	1	1	1						11
Barra Mansa	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1			1	1	1	16
Belford Roxo	1											1		1		1			1	5
Bom Jardim	1	1	1	1	1	1	1				1	1	1	1						11
Bom Jesus do Itabapoana	1	1		1	1		1		1	1	1	1	1	1						11
Cabo Frio	1	1			1							1	1							5
Cachoeiras de Macacu	1	1				1	1			1	1	1	1	1					1	10
Cambuci	1	1										1								3
Campos dos Goytacazes	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1		1			1	14
Cantagalo	1	1	1	1	1					1	1	1	1	1					1	11
Carapebus		1								1	1	1		1						5
Cardoso Moreira	1				1						1	1	1	1						6
Carmo	1	1	1	1	1									1						6
Casimiro de Abreu	1	1				1	1			1	1	1	1	1						9
Comendador Levy Gasparian	1	1		1						1	1	1	1	1						8
Conceição de Macabu	1	1	1		1	1	1				1	1	1	1					1	11
Cordeiro	1	1		1	1						1	1	1	1						8
Duas Barras																				0
Duque de Caxias	1	1	1		1	1	1			1	1	1		1		1				11
Engenheiro Paulo de Frontin	1																			1
Guapimirim												1		1						2
Iguaba Grande	1	1			1		1				1	1		1						7
Itaboraí	1	1		1		1		1		1	1	1	1	1						10
Itaguaí	1	1	1		1					1		1		1						7
Italva	1	1	1			1	1				1	1		1						8
Itaocara	1	1	1	1		1	1				1	1		1						9
Itaperuna	1			1			1				1	1	1	1						7
Itatiaia	1	1	1		1	1	1			1	1	1	1	1	1					12
Japeri	1	1			1							1	1	1						6
Laje do Muriaé	1	1		1	1		1		1		1	1		1						9
Macaé	1		1	1					1	1	1	1	1	1		1				10
Macuco	1	1		1		1	1				1	1		1						8
Magé																				0
Mangaratiba	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					1	14
Maricá	1			1	1		1					1	1			1				7
Mendes	1											1	1	1						4
Mesquita	1	1									1		1							4
Miguel Pereira	1			1			1				1	1	1	1						7
Miracema	1	1				1	1				1	1		1					1	8
Natividade	1	1			1							1	1	1						5



MESQUITA

Serviços informativos (continuação):

Municípios com sítios informativos	Municípios com sítios informativos																			
	História do Município	Geografia	Economia	Finanças Públicas	Cultura e Entretenimento	Saúde	Educação	Meio Ambiente	Infra-estrutura	Tributação	Legislação	Notícias	Turismo	Estrutura Administrativa	Investimentos	Políticas Públicas	Trabalho e emprego	Trânsito	Plano Diretor	Total
Nilópolis	1	1		1	1	1	1				1		1	1		1			1	11
Niterói	1	1			1	1	1				1	1	1	1		1		1		11
Nova Friburgo	1	1	1	1	1				1	1	1	1	1	1					1	12
Nova Iguaçu	1	1			1			1		1		1	1	1		1				9
Paracambi	1	1										1	1	1						5
Paraíba do Sul	1	1	1	1	1	1	1					1	1	1		1				11
Paraty	1			1	1						1	1	1	1						7
Paty do Alferes	1	1		1	1						1		1	1						7
Petrópolis	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			16
Pinheiral	1	1		1	1	1	1	1			1	1	1	1						10
Piraí	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1		1				14
Porciúncula		1	1	1		1	1		1				1	1						8
Porto Real	1	1	1	1	1		1		1	1	1	1		1						11
Quatis	1	1										1		1						4
Queimados	1	1										1		1		1				5
Quissamã	1		1	1	1						1	1	1	1					1	9
Resende	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1					14
Rio Bonito	1	1		1	1		1			1	1	1	1	1						10
Rio Claro	1	1		1							1	1	1	1	1					8
Rio das Flores	1	1		1	1		1		1	1	1	1	1	1						11
Rio das Ostras	1									1	1	1								4
Santa Maria Madalena	1	1		1	1						1		1	1						7
Santo Antônio de Pádua																				0
São Fidélis					1							1	1	1					1	5
São Francisco de Itabapoana	1	1	1	1	1	1	1	1			1	1					1		1	12
São Gonçalo	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1						1	13
São João da Barra		1		1	1								1							4
São João de Meriti							1				1			1						3
São José de Ubá	1	1	1	1		1	1				1	1		1						9
São José do Vale do Rio Preto	1	1	1		1	1			1						1					7
São Pedro da Aldeia	1	1		1	1	1	1			1	1	1	1	1					1	12
São Sebastião do Alto	1	1	1	1		1	1					1		1						8
Sapucaia	1			1	1						1	1	1	1						7
Saquarema	1	1								1		1	1	1		1				7
Seropédica		1	1	1		1	1				1	1								7
Silva Jardim	1			1	1						1	1	1							6
Sumidouro	1	1		1			1		1	1	1	1	1	1						10
Tanguá											1	1		1					1	4
Teresópolis	1	1									1	1	1	1						6
Trajano de Moraes	1	1	1	1		1	1				1	1		1						9
Três Rios	1	1	1	1	1		1			1	1	1	1	1	1	1				13
Valença	1	1			1					1	1	1	1	1			1			9
Varre - Sai	1	1		1	1		1		1		1	1	1							9
Vassouras	1	1					1						1	1						5
Volta Redonda	1	1		1	1					1	1	1	1	1						9
Total	79	69	31	50	52	33	46	7	19	34	63	76	58	72	8	16	4	2	19	

Serviços interativos:

Municípios com sítios interativos	IPTU	ISS	ITBI	Simplex	Processos	Saúde	Educação	Habitação	Iluminação Pública	Água e Esgoto	Transportes	Obras e Meio Ambiente	Vigilância sanitária	Concursos	Licitações	Cadastro de fornecedores	Balcão de empregos	Ouvidoria	Total
Angra dos Reis	1	1	1		1		1		1	1	1	1		1	1	1	1	1	14
Aperibé																			0
Araruama	1	1																1	3
Areal																		1	1
Armação dos Búzios	1	1			1													1	4
Arraial do Cabo																		1	1
Barra do Piraí															1			1	2
Barra Mansa	1				1										1	1	1	1	6
Belford Roxo	1	1			1													1	4
Bom Jardim																		1	1
Bom Jesus do Itabapoana															1			1	2
Cabo Frio														1				1	2
Cachoeiras de Macacu																		1	1
Cambuci																			0
Campos dos Goytacazes														1	1			1	3
Cantagalo														1	1			1	3
Carapebus	1	1																1	3
Cardoso Moreira														1					1
Carmo														1					1
Casimiro de Abreu														1				1	2
Comendador Levy Gasparian															1			1	2
Conceição de Macabu	1	1			1													1	4
Cordeiro																		1	1
Duas Barras																			0
Duque de Caxias	1	1	1															1	4
Engenheiro Paulo de Frontin																			0
Guapimirim																		1	1
Iguaba Grande																			0
Itaboraí		1																1	2
Itaguaí	1	1																1	3
Italva																		1	1
Itaocara																		1	1
Itaperuna																			0
Itatiaia														1				1	2
Japeri																		1	1
Laje do Muriaé																		1	1
Macaé	1	1												1			1	1	5
Macuco																		1	1
Magé	1	1																	2
Mangaratiba	1	1			1											1		1	5
Maricá	1	1			1													1	4
Mendes															1	1		1	3
Mesquita				1															1
Miguel Pereira														1	1				2
Miracema																			0
Natividade																			0



MESQUITA

Serviços interativos (continuação):

Municípios com sítios interativos	IPTU	ISS	ITBI	Simples	Processos	Saúde	Educação	Habitação	Iluminação Pública	Água e Esgoto	Transportes	Obras e Meio Ambiente	Vigilância sanitária	Concursos	Licitações	Cadastro de fornecedores	Balcão de empregos	Ouvidoria	Total
Nilópolis														1				1	2
Niterói	1	1			1								1	1		1		1	7
Nova Friburgo	1	1			1									1	1			1	6
Nova Iguaçu		1																1	2
Paracambi																		1	1
Paraíba do Sul															1			1	2
Paraty															1			1	2
Paty do Alferes														1	1			1	3
Petrópolis	1	1	1		1									1			1		6
Pinheiral														1	1	1			3
Piraí		1			1										1			1	4
Porciúncula														1				1	2
Porto Real																		1	1
Quatis																		1	1
Queimados																			0
Quissamã															1	1		1	3
Resende	1	1							1								1	1	5
Rio Bonito		1												1				1	3
Rio Claro																			0
Rio das Flores																		1	1
Rio das Ostras	1	1			1										1	1	1		6
Santa Maria Madalena																			0
Santo Antônio de Pádua														1					1
São Fidélis																		1	1
São Francisco de Itabapoana																		1	1
São Gonçalo															1	1		1	3
São João da Barra														1					1
São João de Meriti	1	1																1	3
São José de Ubá																		1	1
São José do Vale do Rio Preto																			0
São Pedro da Aldeia	1	1			1													1	4
São Sebastião do Alto																		1	1
Sapucaia																		1	1
Saquarema																		1	1
Seropédica																		1	1
Silva Jardim																		1	1
Sumidouro																			0
Tanguá																			0
Teresópolis																		1	1
Trajano de Moraes																		1	1
Três Rios	1													1				1	3
Valença		1													1			1	3
Varre - Sai																		1	1
Vassouras																		1	1
Volta Redonda	1	1			1					1		1			1	1		1	8
Totais	22	25	3	1	14	0	1	0	2	2	1	2	1	21	20	10	6	67	

Serviços transacionais:

Municípios com sítios transacionais	Impressão de documentos fiscais	Consulta prévia <i>online</i> - alvará provisório	Licitação e pregão	Alvará	Nota fiscal eletrônica	Educação - matrícula <i>online</i>	Emissão de certidão negativa de débito	Total
Angra dos Reis		1	1	1	1		1	5
Barra do Piraí			1					1
Barra Mansa		1	1	1				3
Belford Roxo					1			1
Itaboraí					1			1
Laje do Muriaé							1	1
Macuco					1			1
Mesquita			1					1
Nova Iguaçu			1					1
Petrópolis	1	1	1	1		1	1	6
Quissamã			1					1
Resende					1			1
São Gonçalo			1					1
Volta Redonda		1					1	2
Totais	1	4	8	3	5	1	4	

Foi verificado que, em 2008, não houve melhora significativa em relação a 2007 na usabilidade dos sítios municipais. A maioria oferece navegação deficiente, com dificuldade na localização das informações ou serviços prestados. Vários *links* não abrem quando clicados, ou apresentam mensagem de erro. Alguns serviços, apesar de constarem na página, não estão disponíveis e um grande número de sítios está desatualizado. A falta de ferramenta de busca para localizar as informações desejadas é mais um dos problemas encontrados. Os assuntos informativos continuam predominando, não tendo ocorrido grande evolução na oferta de serviços interativos e transacionais em relação ao ano anterior..



III - INDICADORES SOCIAIS

O Governo Federal, em seu Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, reconhece que só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. Reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade.

A busca de uma visão sistêmica que reconheça as conexões entre alfabetização, educação básica, educação superior e educação tecnológica faz-se necessária para potencializar as políticas educacionais de forma a que se reforcem reciprocamente. Uma educação básica, por exemplo, depende da boa formação dos professores nas universidades públicas, as quais se aprimorarão quando tiverem egressos do ensino básico melhor preparados.

No âmbito da execução do PDE, destacam-se a formação continuada de professores e a Emenda Constitucional nº 53, que estabeleceu piso nacional do magistério; fundo para educação básica com maiores obrigações financeiras da União, aumento das transferências voluntárias e redistribuição direta aos municípios dos recursos do salário-educação; estabelecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB como referencial de um plano de metas de longo prazo, com desafios para todas as redes de ensino.

Para oferecer melhores condições de ensino na rede estadual, por sua vez, o Governo do Estado vem tomando uma série de iniciativas, desde o inventário físico e dos quadros de docentes em cada escola, com vistas a atender às demandas mais imediatas, à distribuição de *notebooks* com acesso à internet para os professores. Finalmente a era da tecnologia da informação e da comunicação chega ao ensino público. Em geral, os laboratórios de informática existentes na rede vêm servindo somente para o aprendizado do uso de ferramentas de texto, planilhas e acesso à internet. A estrutura da educação no Estado ainda não alcançara o estágio em que todos se encontram há muitos anos.

A Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado – Cecierj e seis universidades públicas estaduais e federais sediadas no Estado formaram o Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Estado – Cederj, criando o Portal da Educação Pública, um espaço virtual que oferece atividades de extensão para educadores.

O Cecierj, vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, atua oferecendo a infraestrutura operacional ao Cederj para a oferta dos cursos de graduação, do Pré-vestibular Social e de cursos de atualização para professores em exercício no Ensino Médio e no Ensino Fundamental, nas áreas de Física, Química, Matemática, Biologia, Geologia, Geografia, Informática Educativa e Pedagogia. Além disso, atua na área de divulgação científica em diferentes projetos como, por exemplo, os Espaços da Ciência no interior do estado, o projeto Jovens Talentos para Ciência, a Praça da Ciência Itinerante e a mostra Ver Ciência.

As oficinas do Portal da Educação Pública são gratuitas, de acesso imediato, realizadas a distância e pretendem estimular a prática pedagógica com idéias, projetos e experiências para a sala de aula. São diversas as áreas de aplicação: Arte, Biologia,

Cidadania, Educação em Ciências, Física, Geografia, Geologia, História, Informática, Língua Portuguesa, Matemática e Química.

Três vezes ao ano são oferecidos cursos semipresenciais nas diversas áreas de ensino. A dinâmica e o trabalho das disciplinas ocorrem por meio de atividades a distância e o material didático é disponibilizado no sítio. Em algumas disciplinas estão previstas atividades presenciais. Ao final, é feita uma avaliação em um dos 27 pólos regionais criados. Frutos de parceria entre os municípios e o Cederj, esses pólos servem como centros de referência física para os professores-alunos, oferecendo uma infra-estrutura de atendimento e estudo. Neles também poderão ser feitas as inscrições, prestados os exames, oferecida tutoria presencial e a distância, além de realizados seminários de introdução ou aprofundamento das disciplinas.

O Portal também se propõe a oferecer cursos em temas multidisciplinares relacionados às áreas de Governança, Gestão, Auditoria e Tecnologia de Informação– TI, voltados para a capacitação dos trabalhadores do conhecimento.

O Governo Estadual também lançou o Programa Estadual de Gestão Escolar, cuja intenção é formar gestores escolares que exerçam um papel de liderança que transcenda os limites da escola e se projete na comunidade. Por isso, os aspectos administrativos são apenas uma das dimensões consideradas no processo de qualificação dos gestores. Além dessas questões, a formação aborda a dimensão pedagógica, na qual está inserido o projeto político-pedagógico da Escola, com todas as suas implicações e desdobramentos, com ênfase na análise dos indicadores educacionais: aprovação, abandono, evasão, distorção idade-série e desempenho; a dimensão legislativa, pois toda a comunidade escolar deverá conhecer e ser freqüentemente atualizada quanto a leis, decretos, pareceres, resoluções e demais documentos legais que afetem direta ou indiretamente o cotidiano escolar. Por fim, a dimensão comunitária, na qual o contexto social, econômico, geográfico e cultural em que a escola se insere é destacado como elemento importante no planejamento das atividades da escola.

Educação no Estado do Rio de Janeiro

De acordo com o Censo Escolar 2007, o Estado do Rio de Janeiro teve 2,3 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental. A redução de um contingente expressivo de alunos nesta etapa escolar é bastante significativa nos dois últimos anos. Desde 2002 a rede pública perdeu 90 mil alunos e a rede particular, 77 mil.

Dependência Administrativa	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Federal	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%
Estadual	25,6%	24,2%	23,3%	21,9%	21,3%	21,0%
Municipal	55,3%	56,1%	57,2%	58,5%	59,7%	61,8%
Particular	18,7%	19,2%	19,1%	19,2%	18,6%	16,7%
Nº total de alunos do Ensino Fundamental	2.474.530	2.470.264	2.474.150	2.479.105	2.425.991	2.307.714

Segue o processo de redução da participação da rede estadual nesse primeiro segmento escolar, em movimento inverso à rede municipal.

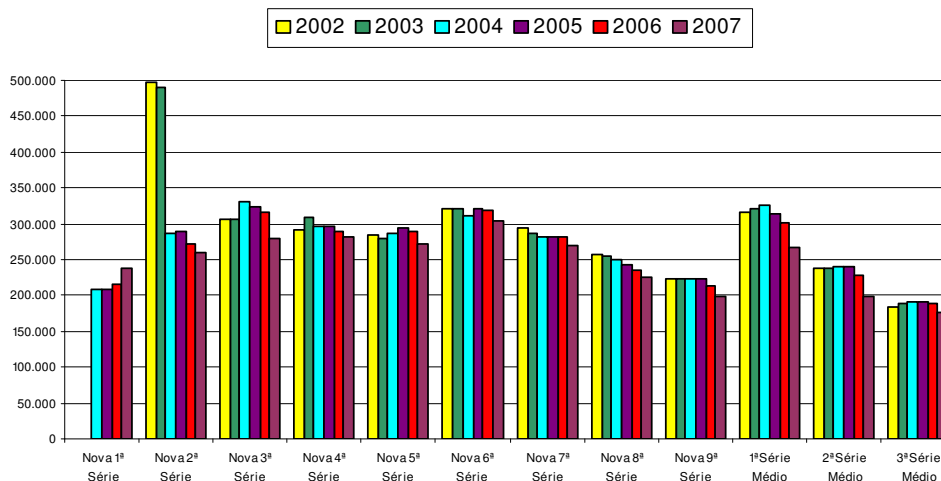
MESQUITA

O ano de 2007 apresentou nova redução no total de alunos matriculados no Ensino Médio em nosso Estado. Nos últimos seis anos, a rede pública perdeu cerca de 50 mil alunos, mesmo número que a rede particular.

Dependência Administrativa	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Federal	1,7%	1,6%	1,7%	1,6%	1,7%	1,9%
Estadual	78,2%	78,6%	79,8%	79,8%	80,9%	83,2%
Municipal	1,5%	1,7%	1,5%	1,4%	1,4%	1,6%
Particular	18,6%	18,1%	17,0%	17,2%	16,0%	13,3%
Nº total de alunos do Ensino Médio	746.234	763.817	770.658	759.825	731.754	642.769

O gráfico a seguir aponta que, a partir de 2005, vem ocorrendo redução do número de matrículas em todas as séries com exceção da primeira.

Total de matrículas nos ensinos fundamental e médio - RJ



Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2007¹⁴, verifica-se que:

1) Com relação ao quantitativo de escolas:

- para o Ensino Infantil, há 2.498 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 45% deles. A pré-escola soma 5.425 estabelecimentos, sendo que a rede pública responde por cerca de 60%;
- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 6.971 escolas, das quais 72% são públicas;
- o Ensino Médio é encontrado em 1.787 escolas, sendo que cerca de 61% pertencem à rede pública;

14 - Fonte: Inep/MEC

- o Ensino de Jovens e Adultos está disponível em 1.617 estabelecimentos, sendo 87% públicos;

2) No que diz respeito ao número de matrículas iniciais:

- a Educação Infantil disponibilizou cerca de 435 mil matrículas. Cursam a rede pública 57% do total de 119.063 alunos de creche e 70% dos 316.353 estudantes de pré-escola;

- no Ensino Fundamental, o total de matrículas nos cinco anos iniciais foi de 1.329.430, dos quais 21% na rede estadual e 62% na municipal;

- no Ensino Médio, o total de matrículas foi de 642.769, 87% feitas na rede pública;

- na Educação de Jovens e Adultos, o número de matrículas foi de 406.799, sendo 296.445 no curso presencial, 94% na rede pública, e 110.354 no Ensino Médio, 98% na rede pública. Do total, a rede estadual responde por 71% das matrículas e a municipal, 24%;

- a Educação Especial teve, aproximadamente, 20 mil matrículas, 75% na rede pública.

3) Quanto à função docente¹⁵, em 2007 o Estado dispunha de 6.007 professores na creche e 17.024 docentes na pré-escola. Outros 90.186 lecionavam no Ensino Fundamental e 34.143 profissionais davam aulas no Ensino Médio. Finalmente, 16.069 professores atendiam à Educação de Jovens e Adultos e outros 3.234 lecionavam na Educação Especial.

Resultados de exames nacionais

Há longa data, o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, inovou ao apresentar o primeiro IDEB (2005). Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados com rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Prova Brasil) ajustada pelo tempo médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o IDEB estar entre zero e dez.

Também em 2007, o MEC lançou o Plano de Metas “*Compromisso Todos pela Educação*”, cujo objetivo é fazer com que a qualidade da educação gradativamente alcance novos patamares até o ano 2022. Os resultados do IDEB 2005 serviram como referência para as metas futuras.

Há um longo caminho a trilhar na melhoria do ensino público fluminense. Para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal em 21 municípios e pela rede estadual em 33. Para o segundo segmento, 33 e 77, respectivamente.

15 - O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

MESQUITA

Mesquita apresentou o seguinte quadro no Ensino Fundamental, por rede de ensino:

Rede municipal	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	Meta IDEB 2007	Atingiu meta de 2007?
Anos Iniciais	3,7	51º entre 88 avaliados	3,9	61º entre 91 avaliados	3,7	Sim
Anos Finais	3,4	46º entre 73 avaliados	3,3	62º entre 83 avaliados	3,4	Não

Rede estadual	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	Meta IDEB 2007	Atingiu meta de 2007?
Anos Iniciais	3,1	65º entre 71 avaliados	2,8	77º entre 77 avaliados	3,2	Não
Anos Finais	2,8	84º entre 90 avaliados	2,8	67º entre 90 avaliados	2,9	Não

O Enem, por sua vez, é aplicado anualmente aos alunos concluintes e aos egressos do Ensino Médio. Em 2007, foram registrados recordes de inscritos (3.568.592) e participantes (2.738.610). As médias totais com correção de participação dos alunos concluintes em 2007 foram 51,276 para o país e 52,817 para o Estado.

Mesquita teve nota global 48,683 no Enem 2007. Para conhecer o resultado de cada escola individualmente, deve-se acessar o sítio <http://mediasenem.inep.gov.br/desempenho.php>.

A transparência ora existente dos resultados da Prova Brasil e do Enem, anuais, e também do IDEB, no portal do Inep/MEC, permite acesso pela internet ao desempenho de cada escola e que a população-alvo: pais e alunos do estabelecimento de ensino, cobre explicações de seus diretores e responsáveis pela pasta da educação no município e no estado sobre os motivos que possam levar instituições equivalentes a terem desempenhos tão díspares e exijam providências para melhorá-los.

Educação no município

Em virtude de inconsistências detectadas pelo Inep/MEC em sua base de dados referente ao ano 2007, até 10 de outubro de 2008 não haviam sido disponibilizadas relevantes informações sobre os indicadores de qualidade dos municípios.

Dessa forma, nesta edição 2008 dos Estudos Socioeconômicos, as informações estarão restringidas aos quantitativos de matrículas e estabelecimentos. Estão ausentes os demais aspectos por rede escolar relacionados a quantitativo de alunos por sala de aula, distorção série-idade, faixa de idade por série cursada, índices de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), concluintes por nível de ensino e formação dos professores. Toda uma gama de indicadores até o ano 2006 está disponível na edição 2007, acessível no portal deste TCE-RJ.

Tão logo o Inep/MEC publique esses dados, a série será novamente retomada na próxima edição dos Estudos.

Mesquita teve um total de 29.428 matrículas no ensino regular em 2007, uma variação de -3,7% em relação às 30.556 ocorridas em 2006.

O primeiro nível de atendimento escolar é a creche, que teve 858 alunos matriculados em 2007, 40% na rede municipal. São 16 estabelecimentos, sendo 5 do município. Em seguida, a pré-escola teve 2.384 matrículas em 36 escolas. Para este nível de ensino, a Prefeitura atende 47% dos alunos em 31% dos estabelecimentos.

O Ensino Fundamental teve 20.998 estudantes inscritos em 2007. A Prefeitura oferece 49% das vagas em 18 estabelecimentos. A rede estadual ainda atende outros 31% dos alunos em 12 unidades próprias.

O Ensino Médio foi oferecido em 13 estabelecimentos para 5.188 alunos. O Governo Estadual é responsável por 91% das matrículas.

Saúde

Um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena da Atenção Básica, ou de Gestão Plena do Sistema Municipal. Na primeira forma, resumidamente, o município é responsável por gerir e executar a assistência ambulatorial básica, as ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças; gerir todas as unidades ambulatoriais estatais (municipal/estadual/federal) ou privadas; autorizar internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados; operar o Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS; controlar e avaliar a assistência básica.

A atenção básica deve ser compreendida como o conjunto de ações prestadas às pessoas e à comunidade, com vistas à promoção da saúde e à prevenção de agravos, bem como seu tratamento e reabilitação no primeiro nível de atenção dos sistemas locais de saúde.

Para garantir o custeio das ações básicas em saúde foi implantado em janeiro de 1988, o Piso da Atenção Básica - PAB, que é composto de uma parte fixa destinada à assistência e de parte variável relativa aos incentivos para ações complementares da atenção básica. Um sistema de acompanhamento e avaliação da produção de serviços de atenção básica avalia o impacto da implantação do PAB na melhoria desses serviços e a sua efetividade, assim como a utilização dos recursos repassados para os municípios. Este sistema de acompanhamento consiste em um conjunto de metas que são pactuadas anualmente entre as três esferas de governo constituindo o Pacto da Atenção Básica.

Desde 2002, prover a Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada é uma das condições de gestão dos sistemas municipais de saúde. Agrega atividades como o controle da tuberculose, a eliminação da hanseníase, o controle da hipertensão arterial, o controle da *diabetes mellitus*, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal.

Já na Gestão Plena do Sistema Municipal, o município é responsável por gerir e executar todas as ações e serviços de saúde no município; gerenciar todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas; administrar a oferta de procedimentos de alto custo e complexidade; executar as ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças; controlar, avaliar e auditar os serviços no município; e operar o Sistema de Informações Hospitalares e o Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

No Estado do Rio de Janeiro, a grande maioria dos municípios têm a Gestão Plena da Atenção Básica para a rede ambulatorial e a Gestão Plena Estadual para sua rede



MESQUITA

hospitalar, o que ocorre quando ainda não estão aptos para assumir a gestão de seu sistema hospitalar ou, excepcionalmente, como no caso de Duque de Caxias, Niterói e a capital, quando têm Gestão Plena do Sistema Municipal e também algumas unidades geridas pelo Estado.

Dos 92 municípios, treze deles estão apenas na condição de Gestão Plena da Atenção Básica. Outras 59 localidades se enquadram na Gestão Plena Estadual. Por fim, vinte cidades têm Gestão Plena do Sistema Municipal.

Mesquita tem Gestão Plena da Atenção Básica ¹⁶, dispondo da seguinte estrutura:

Estabelecimentos por tipo	Quantidade
Central de regulação de serviços de saúde	0
Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	20
Posto de saúde	0
Pronto socorro geral	0
Pronto socorro especializado	0
Hospital geral	1
Hospital especializado	0
Hospital dia	0
Centro de parto normal	0
Policlínica	3
Clínica especializada/ambulatório especializado	5
Consultório isolado	1
Farmácia	0
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	5
Unidade de vigilância em saúde	1
Unidade mista	1
Unidade móvel de nível pré-hospitalar - urgência/emergência	0
Unidade móvel fluvial	0
Unidade móvel terrestre	3
Total	40

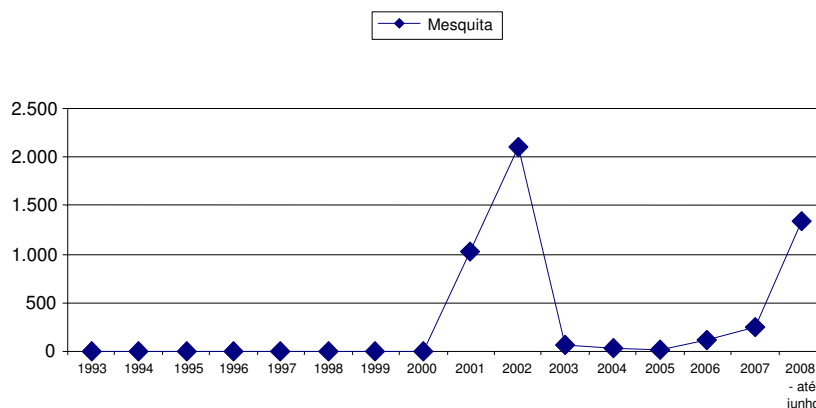
Uma das maiores preocupações da saúde pública nos anos recentes tem sido a epidemia da dengue, que em 1993 havia tido registros em apenas 29 municípios do estado e hoje grassa por todo o território fluminense.

Todos os casos de dengue devem ser notificados. No entanto, há problemas de subnotificação, uma vez que grande parte da população costuma se automedicar quando acometida pelos sintomas característicos da doença, buscando orientação médica somente nos casos mais graves. De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde ¹⁷, a curva de casos notificados no município de Mesquita foi a seguinte:

16 - Fonte: Datasus – dados de dezembro de 2007.

17 - Fonte: <http://www.saude.rj.gov.br/Docs/Acoes/Dengue/Casos%20Notificados%20de%20Dengue%201986-2008%20RJ.pdf>. Acesso em 15.07.2008

Casos notificados de dengue no município



Por meio do sistema Caderno de Informações de Saúde gerado pelo sítio da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (www.datasus.gov.br), pode-se obter uma série de informações relativas a estrutura e assistência ambulatorial e hospitalar, morbidade hospitalar, nascimentos, mortalidade, imunizações; dados do Programa de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde; orçamentos, transferências e pagamentos dos procedimentos de atenção básica e daqueles de média e alta complexidade. Ocorre que os dados, ao serem consultados em julho de 2008, referiam-se, primordialmente, a informações publicadas em edições anteriores deste estudo, disponíveis na página deste TCE.

Saúde é direito de todo cidadão e cabe ao Poder Público a garantia de um atendimento de qualidade. Um grande número de doenças que acometem os indivíduos é evitável por ações preventivas já conhecidas e comprovadamente eficazes. É, portanto, fundamental que todos os cidadãos tenham acesso à prevenção destas doenças, por meio de ações básicas de saúde.

Mercado de trabalho

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, no Estado do Rio de Janeiro, o emprego formal cresceu 5,34%, em 2007. Foram criados liquidamente 111.370 postos de trabalho. No país como um todo, a taxa de crescimento foi de 5,85%. Na comparação com as demais unidades da federação, a taxa de crescimento do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro ocupou a 14ª posição em 2007, mas a terceira no saldo de vagas, com 144.786 novos postos de trabalho.

A maior taxa de crescimento foi registrada pela construção civil, que teve aumento de 9,13%. A segunda maior foi a de serviços, com 5,60%. O comércio expandiu em 5,56% o número de vagas formais. Na indústria de transformação, a taxa de crescimento foi de 4,01%.

O Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) traz uma regionalização própria do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da análise que ora apresentamos é comparar o desempenho do emprego formal das diversas regiões e do próprio município



MESQUITA

em estudo. Primeiramente, devem ser listados quais municípios pertencem a essas regiões do CAGED/MTE; a saber:

Região CAGED	Municípios que dela fazem parte
Bacia de São João	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Silva Jardim
Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty
Barra do Piraí	Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Cantagalo-Cordeiro	Cantagalo, Carmo, Cordeiro e Macuco
Itaguaí	Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai
Lagos	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito
Macaé	Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã
Nova Friburgo	Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo e Sumidouro
Santo Antônio de Pádua	Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, São José de Ubá e Santo Antônio de Pádua
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá
Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes
Serrana	Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Três Rios	Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios
Vale do Paraíba	Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda
Vassouras	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras

Foi procedida uma análise da evolução do emprego formal no período de janeiro de 2002 ao mesmo mês de 2008, resumida na tabela a seguir. Vale salientar que somente a capital responde por 56,5% dos postos de trabalho formais em toda a unidade da federação.

Região	Nº de empregos formais em 1º Janeiro 2002	Admissões	Desligamentos	Varição absoluta	Nº de empregos formais em 1º Janeiro 2008	Varição no período	% dos empregos formais no Estado em 1º Janeiro 2008
Totais	2.197.792	6.019.550	5.398.739	620.811	2.818.603	28%	
Rio de Janeiro	1.687.472	4.499.290	4.068.083	431.207	2.118.679	26%	75,2%
Vale do Paraíba Fluminense	100.278	252.167	227.513	24.654	124.932	25%	4,4%
Macaé	57.864	189.333	160.574	28.759	86.623	50%	3,1%
Campos dos Goytacazes	72.391	170.583	157.676	12.907	85.298	18%	3,0%
Serrana	63.068	173.600	157.083	16.517	79.585	26%	2,8%
Lagos	39.133	129.168	114.623	14.545	53.678	37%	1,9%
Nova Friburgo	34.581	98.645	86.141	12.504	47.085	36%	1,7%
Itaguaí	13.715	67.942	46.066	21.876	35.591	160%	1,3%
Três Rios	23.972	86.265	77.832	8.433	32.405	35%	1,1%
Baía da Ilha Grande	21.660	75.491	64.752	10.739	32.399	50%	1,1%
Macacu-Caceribu	11.230	92.643	74.422	18.221	29.451	162%	1,0%
Itaperuna	18.274	37.551	32.350	5.201	23.475	28%	0,8%
Barra do Piraí	18.855	44.663	41.121	3.542	22.397	19%	0,8%
Vassouras	12.534	32.925	30.253	2.672	15.206	21%	0,5%
Bacia de São João	8.989	31.873	28.096	3.777	12.766	42%	0,5%
Santo Antônio de Pádua	6.987	18.558	15.394	3.164	10.151	45%	0,4%
Cantagalo-Cordeiro	5.426	16.202	14.327	1.875	7.301	35%	0,3%
Santa Maria Madalena	1.363	2.651	2.433	218	1.581	16%	0,1%

Fonte: Tabulação própria feita a partir dos dados do CAGED de cada município fluminense

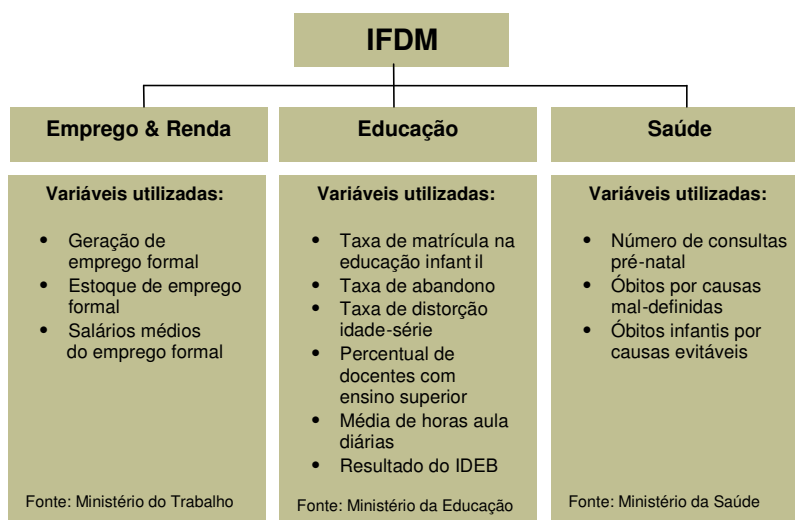
Com relação ao nível de emprego formal, a evolução e a participação no número de empregos formais no município e na microrregião encontram-se na tabela que segue, não havendo dados anteriores a 2003:

Período: Jan de 2003 a Jan de 2008			
Movimentação	Município		Micro Região
	qtde	%	qtde
Admissões			
1º Emprego	1.069	0.19	572.435
Reemprego	6.032	0.19	3.239.407
Reintegração	1	0.12	816
Contrato Trabalho Prazo Determinado	16	0.13	11.970
Transferência	0	-	0
Total	7.118	0.19	3.824.628
Desligamentos			
Dispensados sem Justa Causa	3.273	0.13	2.566.983
Dispensados com Justa Causa	543	0.87	62.654
A Pedido	1.019	0.15	660.392
Término de Contrato	385	0.33	115.897
Aposentadoria	27	0.24	11.022
Morte	45	0.31	14.471
Término Contrato Prazo Determinado	8	0.08	9.677
Transferência	0	-	0
Total	5.300	0.15	3.441.096
Varição Absoluta	1.818		383.532
Varição Relativa	5681.25 %		21.39 %
Número de empregos formais 1º Janeiro de 2008	9.053	0.43	2.118.679
Total de Estabelecimentos Janeiro de 2008	1.337	0.42	318.611

Fonte: CAGED, disponível em <http://perfildomunicipio.datamec.com.br>

Um novo indicador de desenvolvimento

Em julho de 2008 foi lançado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM¹⁸, fruto de mais de um ano de pesquisas do Sistema FIRJAN. Sua formulação considera três eixos de avaliação, nos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) apresentado em edições anteriores destes Estudos Socioeconômicos, desenvolvido pelo IPEA/FJP/PNUD¹⁹. O IFDM pondera igualmente emprego/renda, educação e saúde, com o diferencial de poder ser mais freqüente e agregar novos elementos. A figura abaixo ilustra, de forma resumida, as variáveis componentes deste novo índice sintético, as quais têm ponderação diferenciada conforme a metodologia adotada.



Destaque-se que o IFDM - Educação capta tanto a oferta do ensino infantil quanto a qualidade do Ensino Fundamental retratada nas demais variáveis, temas de competência municipal. O indicador IFDM - Saúde espelha aspectos relativos à qualidade da Atenção Básica do sistema de saúde municipal. Já o indicador IFDM - Emprego&Renda enfatiza a formalidade da atividade econômica.

O IFDM permite a comparação quantitativa serial e temporal de todos os municípios brasileiros, possibilitando inclusive a agregação por estados. Os dados oficiais mais recentes disponíveis para sua completa apuração são de 2005. Para efeito de comparação também foi calculado o índice para 2000, o que permite uma análise de suas variações nesse intervalo de tempo.

Dentre os 100 municípios melhor colocados em 2005, 87 estão em São Paulo. Os 13 restantes dividem-se entre Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro (com Macaé em 34º lugar e Niterói em 97º), Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Goiás. Uma evidência da melhor qualidade de vida nas cidades menores é o fato de que, dentre esses mesmos municípios, 82 deles possuíam menos de 300 mil habitantes e a metade, menos de 100 mil.

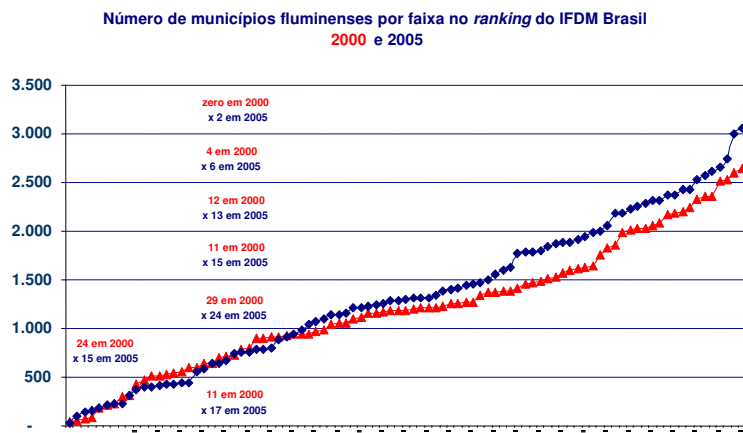
18 - Disponível em <http://ifdm.firjan.org.br/home.html>. Acesso em 11/08/2008.

19 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Fundação João Pinheiro do Governo do Estado de Minas Gerais - FJP e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

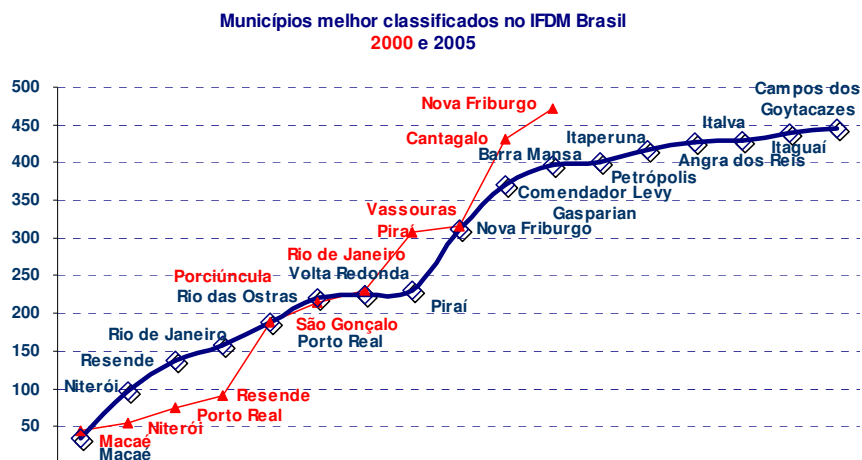
De acordo com os índices apurados, apenas duas capitais (Curitiba e Vitória) figuravam entre esses primeiros. São Paulo, Florianópolis, Brasília, Campo Grande, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Aracajú e Goiânia completam o grupo das dez capitais melhor posicionadas. A capital fluminense evoluiu de 230º lugar em 2000 para o 157º em 2005.

Enquanto o IFDM médio do Brasil cresceu 20% nesses cinco anos, o do Estado do Rio de Janeiro subiu 17%. Muitos municípios do resto do país, por conseguinte, apresentaram melhor desempenho no período. Houve 28 cidades fluminenses que perderam mais de 500 posições entre os 5.564 tabulados; 13 delas, mais de mil.

O gráfico a seguir indica que, apesar do aumento do número de municípios fluminenses dentre os 500 primeiros colocados, a distribuição de seu conjunto no *ranking* geral mudou de perfil: há menos unidades nas faixas imediatamente seguintes de 500 a 1.000 e de 1.001 a 1.500.



Dos 17 municípios fluminenses classificados em 2005 nos primeiros 500, apenas seis são os mesmos dos 11 destacados da apuração de 2000. Estes são, pela ordem, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Pirai, Porto Real e a capital. O gráfico seguinte ilustra o posicionamento dos municípios melhor qualificados nos dois anos avaliados.





MESQUITA

Os critérios de análise estabelecem quatro categorias: desenvolvimento baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1). Mesquita apresentou a seguinte evolução:

Componentes do Índice			Índice Parcial 2000	Ranking Estadual 2000	Índice Parcial 2005	Ranking Estadual 2005	Varição 2005 / 2000
Emprego e renda			nd	na ^o	0,5956	30 ^o	na
Educação			nd	na ^o	0,6063	86 ^o	na
Saúde			nd	na ^o	0,7679	71 ^o	na
IFDM 2000	IFDM 2005	Ranking Nacional 2000	Ranking Nacional 2005	Varição de posição no BR	Ranking Estadual 2000	Ranking Estadual 2005	Varição de posição no RJ
nd	0,6566	na ^o	1.772 ^o	na	nd ^o	61 ^o	na

O estudo evidencia a heterogeneidade do desenvolvimento tanto em nível local quanto no nacional, apontando volatilidade e alternância significativas de um ano para o outro. Em 2000, os estados mais conceituados no IFDM eram os mesmos de 2005, contudo com diferente ordenamento. Pela ordem do *ranking* mais atual, São Paulo manteve o primeiro lugar; Paraná galgou duas posições e Santa Catarina, três; Rio de Janeiro perdeu uma posição enquanto Minas Gerais subiu duas e Espírito Santo, três; Distrito Federal perdeu cinco e Rio Grande do Sul, três; Goiás conquistou a nona posição do Mato Grosso do Sul.

Um indicador com a periodicidade proposta pelo IFDM permitirá um melhor acompanhamento da evolução socioeconômica de todos os municípios brasileiros.

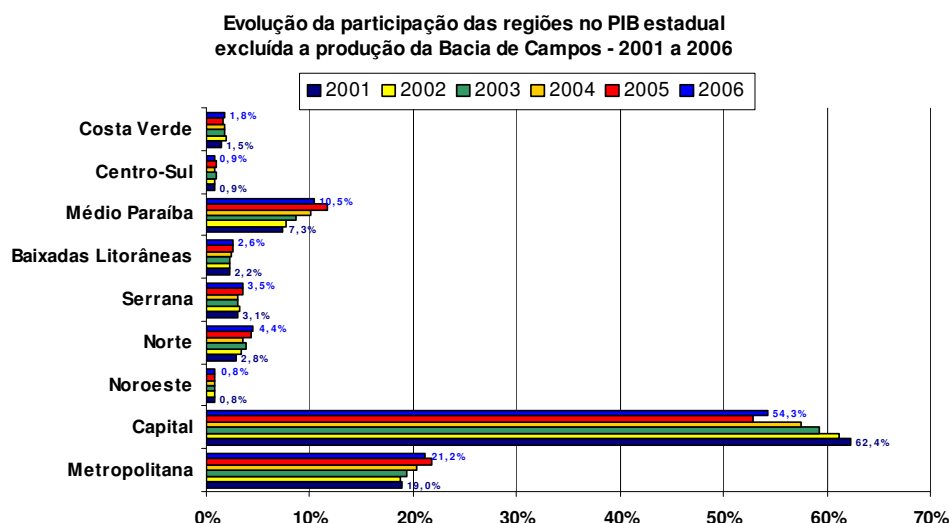
IV - INDICADORES ECONÔMICOS

Economia regional e local

Na publicação do Comparativo dos Municípios Fluminenses desta edição 2008 é apresentada uma análise do desempenho da economia e estimado o PIB de 2007 do Estado do Rio de Janeiro. Neste capítulo, serão apresentadas informações mais regionalizadas. Como os dados econômicos de 2007 por município somente estarão disponíveis no ano 2009, a avaliação do desempenho regional e local somente pode ser feita até 2006. A série comparativa, todavia, propicia acompanhar o comportamento nos seis últimos anos disponíveis.

O PIB a preços básicos do Estado em 2006, de acordo com a Fundação CIDE, foi de R\$295,7 bilhões, dos quais o Município do Rio de Janeiro e a Bacia de Campos participaram com 64,9% do total. A capital do Estado gerou R\$123,3 bilhões em 2006, liderando todos os setores da economia estadual naquele ano, com exceção da agropecuária e da extração de outros minerais.

A produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos teve uma participação crescente no conjunto do Estado a partir de 2002, chegando em 2006 a 23,3% do PIB a preços básicos. Depuramos no gráfico a seguir e nas considerações posteriores as contribuições da produção no mar, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos municípios, ou seja, R\$226,9 bilhões. Desta forma, obtém-se melhor visualização da participação de cada região na economia estadual.



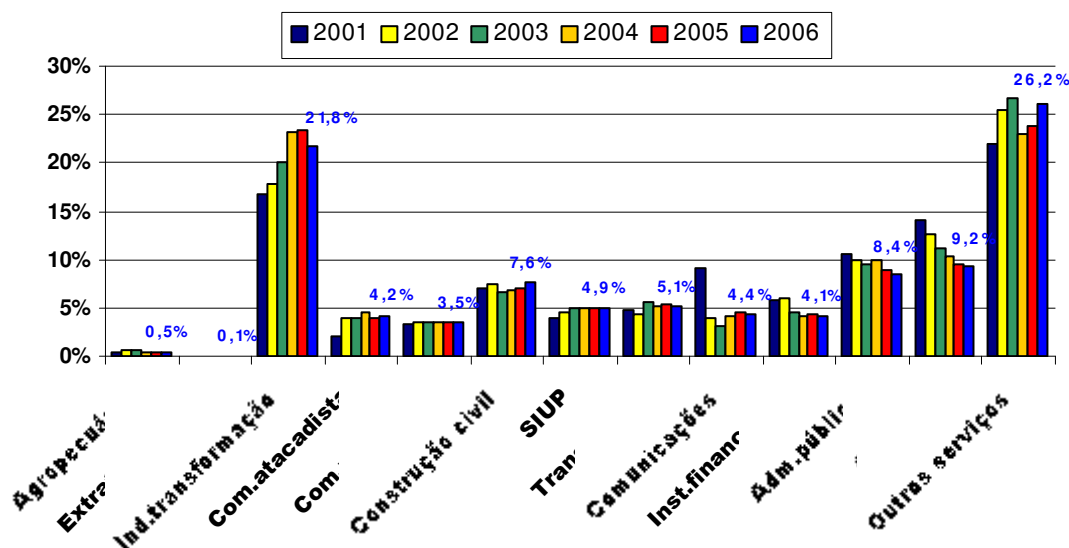
As regiões Norte e do Médio Paraíba foram as que mais cresceram suas participações no produto estadual, respectivamente 57% e 43% em relação a 2001. Por conta dessa expansão, o Norte Fluminense já atinge 4,4% do PIB e o Médio Paraíba, 10,5%. Em menor grau, mas ainda expressivos, foram os crescimentos relativos das regiões da Costa Verde e das Baixadas Litorâneas, 19% e 17%. O Centro-Sul Fluminense cresceu pouco mais de 2%. As regiões Metropolitana (excluída a capital) e Serrana também expandiram sua participação, na faixa dos 12% a 13%. Na mesma proporção caiu a contribuição da capital e a Região Noroeste recuou 4%.

MESQUITA

Nesses seis anos, na Região Norte destacou-se o crescimento nominal de 304% de Macaé, enquanto no Médio Paraíba foram Porto Real, Volta Redonda e Barra Mansa, respectivamente com 335%, 239% e 155%. Na Costa Verde, Itaguaí e Mangaratiba lideraram o crescimento, com 213% e 137% de aumento nominal. Já nas Baixadas Litorâneas, Rio das Ostras, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu foram os que mais contribuíram para o aumento do PIB regional, com 268%, 196% e 142% no período. No Centro-Sul Fluminense, foi Paraíba do Sul quem mais cresceu: 182%. A Região Metropolitana trouxe Mesquita e Duque de Caxias à frente, com aumentos nominais de 192% e 129%. Da Região Serrana, Petrópolis se evidencia com o crescimento de 136% entre 2001 e 2006. Os municípios do Noroeste Fluminense que apresentaram crescimento acima da média estadual de 85% foram Itaperuna, Aperibé e Santo Antônio de Pádua.

Quanto aos setores econômicos, também descontada a produção de petróleo e gás (indústria extrativa), no período de 2001 a 2006 os crescimentos mais vigorosos foram: do comércio atacadista, da indústria de transformação, dos serviços industriais de utilidade pública e de outros serviços, como bem ilustra o gráfico a seguir.

**Evolução da participação dos setores no PIB estadual
excluída a produção da Bacia de Campos - 2001a 2006**



Na agropecuária, destacam-se, pela ordem: Campos dos Goytacazes, Teresópolis, Barra do Piraí, Sumidouro, Trajano de Moraes, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena e Itaperuna. Este setor somou um produto de R\$1,2 bilhão.

Com relação à extração de outros minerais, o setor somou R\$124 milhões. O município de Cabo Frio se destaca, seguido por Itaguaí, Rio de Janeiro, Seropédica, Arraial do Cabo, São Gonçalo, Tanguá e Nova Iguaçu.

A indústria de transformação é mais presente na capital, em Duque de Caxias e Volta Redonda. Porto Real, Resende, Barra Mansa e Petrópolis são outros municípios que têm mais de R\$1 bilhão de produção na indústria de transformação, que totalizou R\$50,8 bilhões.

Cerca de dois terços do comércio atacadista ocorrem na capital. Seguem no *ranking* Duque de Caxias, Itaguaí, Macaé, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Campos dos Goytacazes. O setor somou R\$9,8 bilhões em 2006.

O comércio varejista também é mais forte na capital, seguida de Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Macaé e Campos dos Goytacazes. No total, o varejo chegou a R\$8,1 bilhões.

A construção civil tem a capital 11 vezes maior que o segundo colocado: Mesquita. Macaé, São João de Meriti e São Gonçalo também são fortes produtores, seguidos de Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. O setor alcançou R\$17,8 bilhões.

Nos serviços industriais de utilidade pública, a capital é 12 vezes maior que Volta Redonda, seguida por Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu. No total, o produto deste setor gerou R\$11,4 bilhões.

Nos transportes, cujo produto somou R\$11,8 bilhões, após a capital seguem Macaé, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Volta Redonda, São Gonçalo e Itaguaí.

As comunicações apresentam destaque na capital, 13 vezes maior que Niterói, seguido por Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Petrópolis, Campos, São Gonçalo e São João de Meriti. Seu produto alcançou R\$10,8 bilhões em 2005.

Mais de oitenta por cento das instituições financeiras concentram sua produção na capital, seguida por Niterói, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Volta Redonda, Macaé e Petrópolis. Este setor somou um produto de R\$9,6 bilhões.

Já a Administração Pública contribuiu com R\$19,5 bilhões. Após a capital, têm maior produção São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, seguidos de Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

Os aluguéis totalizaram R\$21,4 bilhões, tendo a capital um produto oito vezes mais que os três seguintes, todos acima de R\$1 bilhão: São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Seguem Belford Roxo, Niterói, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes.

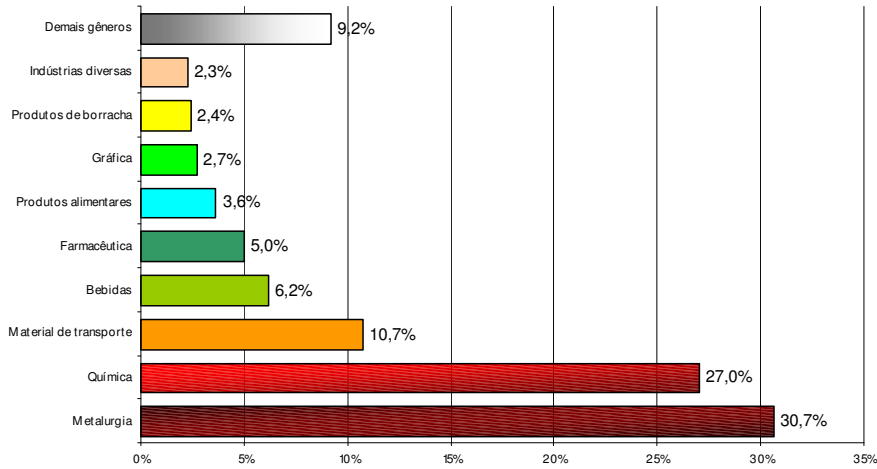
Em outros serviços, a capital é quase 20 vezes mais forte que a média dos três seguintes, com produto equivalente, casos de Macaé, Duque de Caxias e Niterói. Seguem Volta Redonda, Petrópolis, Itaguaí e Nova Iguaçu. O setor totalizou R\$60,8 bilhões.

A indústria de transformação no Estado tem forte predominância dos gêneros metalurgia e química, como ilustram os gráficos que seguem.

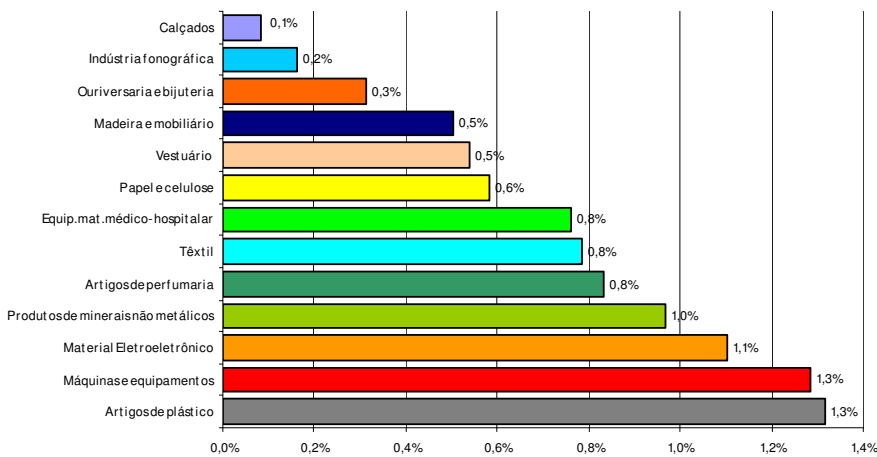


MESQUITA

Participação dos principais gêneros na Indústria de Transformação RJ - 2006

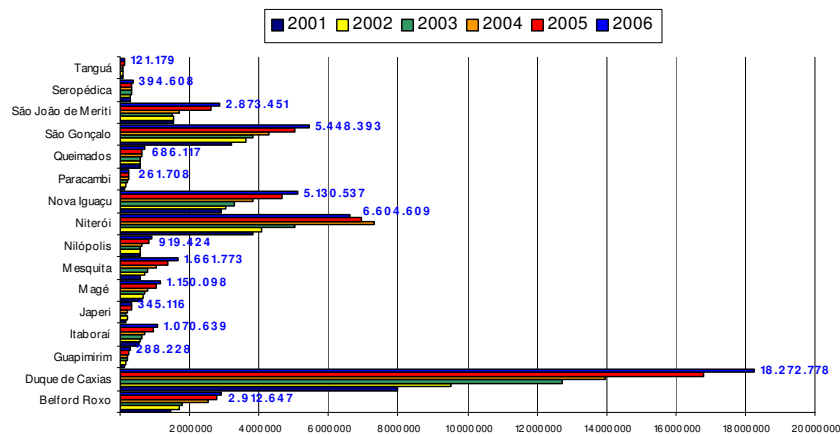


Detalhamento da participação dos demais gêneros na Indústria de Transformação RJ - 2006



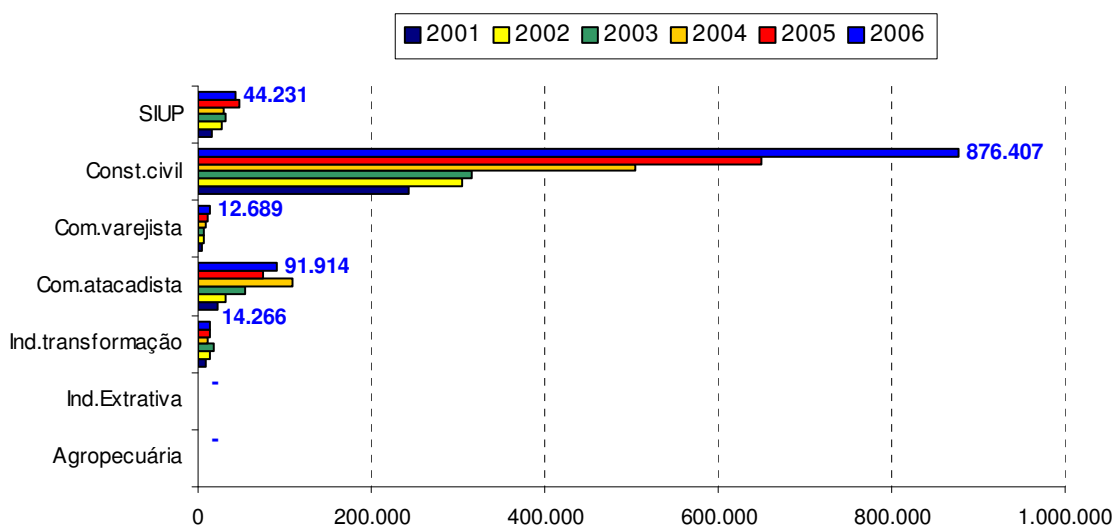
No gráfico que segue, pode-se verificar os desempenhos dos municípios da região de Mesquita (excluída a capital) entre 2001 e 2006.

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)

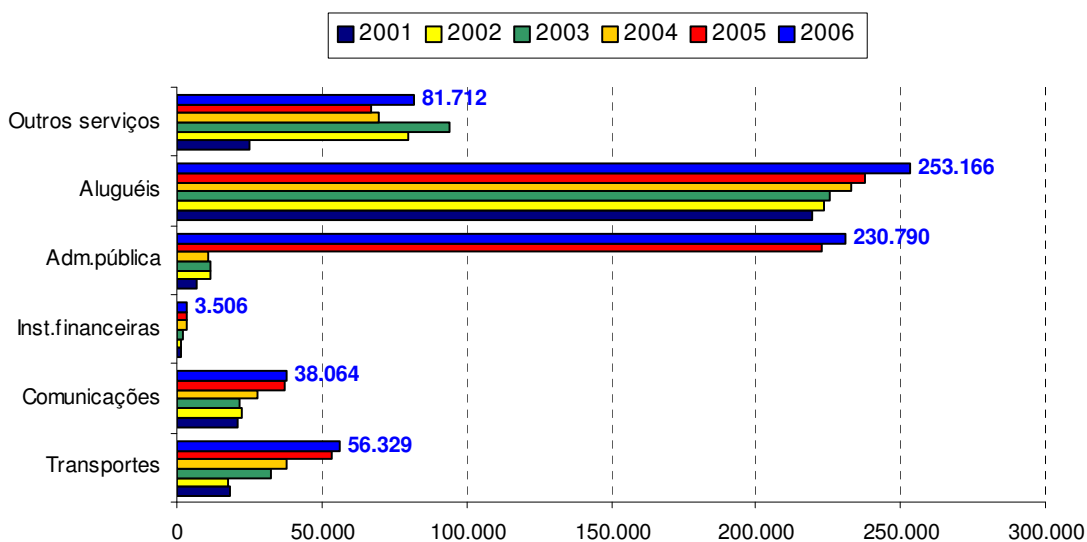


Mesquita teve um crescimento nominal de 192,4% no período. O município participava com 2,3% da produção da Região Metropolitana em 2001, chegando a 3,5% em 2006, apresentando uma variação de 49,3% em seu contexto regional. A composição do PIB local tem evoluído conforme gráficos a seguir, devendo-se atentar para uma eventual variação de escala de um para outro para descrever o mesmo fenômeno:

Evolução do PIB do município por setor - 2001 a 2006 (R\$ mil correntes)



Evolução do PIB do município por setor - 2001 a 2006 (R\$ mil correntes)

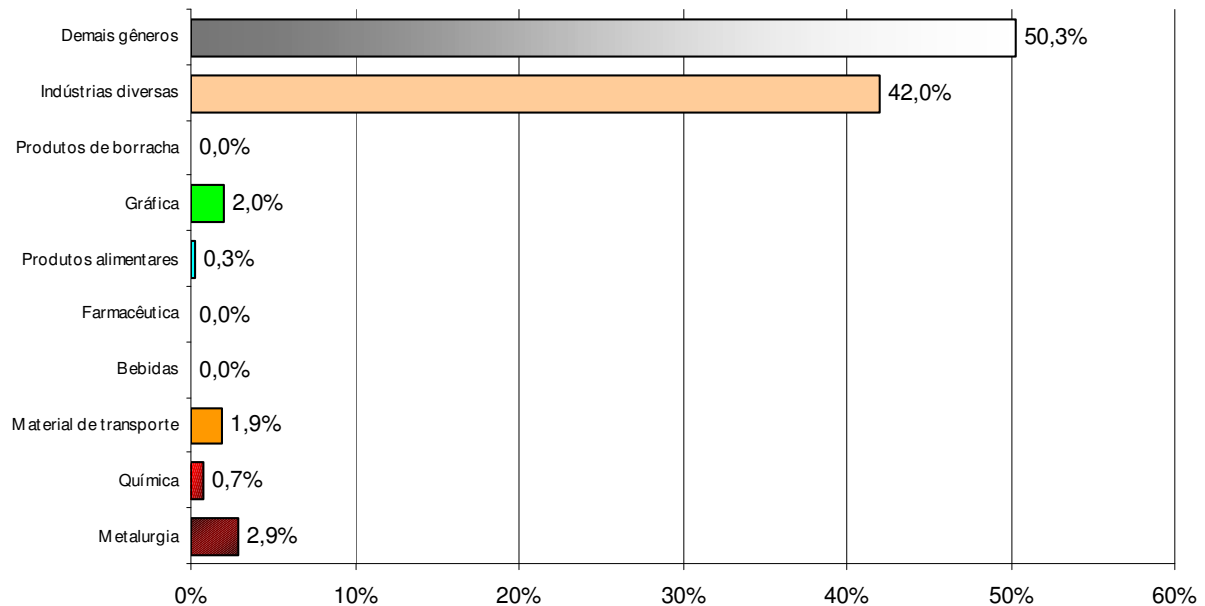




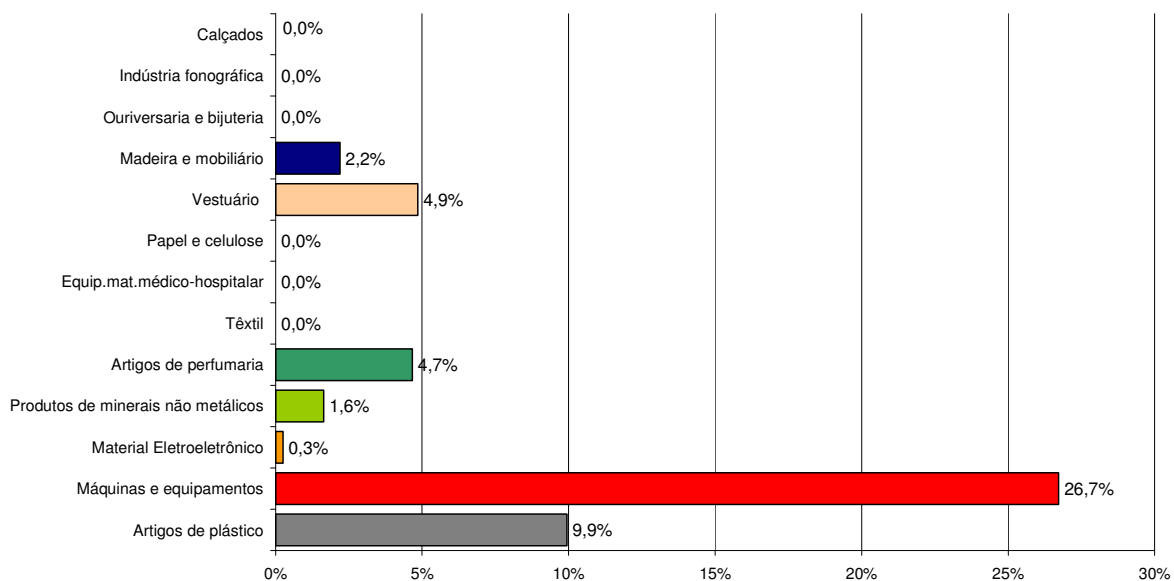
MESQUITA

O setor da indústria de transformação tem a seguinte distribuição por gênero no município em análise:

Participação dos principais gêneros na Indústria de Transformação - 2006



Detalhamento da participação dos demais gêneros na Indústria de Transformação - 2006



A tabela a seguir apresenta a produção por setor econômico em Mesquita no ano 2006 e sua posição no conjunto dos 92 municípios do Estado nos últimos seis anos.

Setor econômico	Ranking no ano						Valor PIB em 2006 (R\$ mil)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Agropecuária	-	-	-	-	-	90	-
Extração de outros minerais	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de transformação	42	40	43	44	44	40	14.266
Comércio atacadista	11	12	10	6	9	8	91.914
Comércio varejista	11	38	40	36	34	34	12.689
Construção civil	8	5	4	4	2	2	876.407
Serviços industriais de utilidade pública	30	28	25	32	25	28	44.231
Transportes	23	24	25	23	20	20	56.329
Comunicações	30	21	21	21	19	21	38.064
Instituições financeiras	61	61	59	51	55	53	3.506
Administração pública	62	49	14	13	13	13	230.790
Aluguéis	15	14	14	13	13	13	253.166
Outros serviços	36	23	25	25	32	32	81.712
Total dos setores							1.703.074
Imputação de intermediação financeira							(41.302)
PIB a preços básicos	24	20	19	18	16	16	1.661.773

Nota: - significa atividade não identificada pela Fundação CIDE no município naquele ano.

Dinâmica econômica dos municípios e o IPM

A variação do Índice de Participação do Município – IPM é um retrato da dinâmica econômica municipal, uma vez que grande parte desse índice é uma relação direta com o produto por ele gerado, por meio de suas atividades em indústria, comércio e serviços. Também representa seu desempenho diante dos demais municípios, pois todos partilham do mesmo produto final gerado pelo seu conjunto. Para obter aumento no IPM, a produção do município precisa crescer mais que o conjunto dos demais.

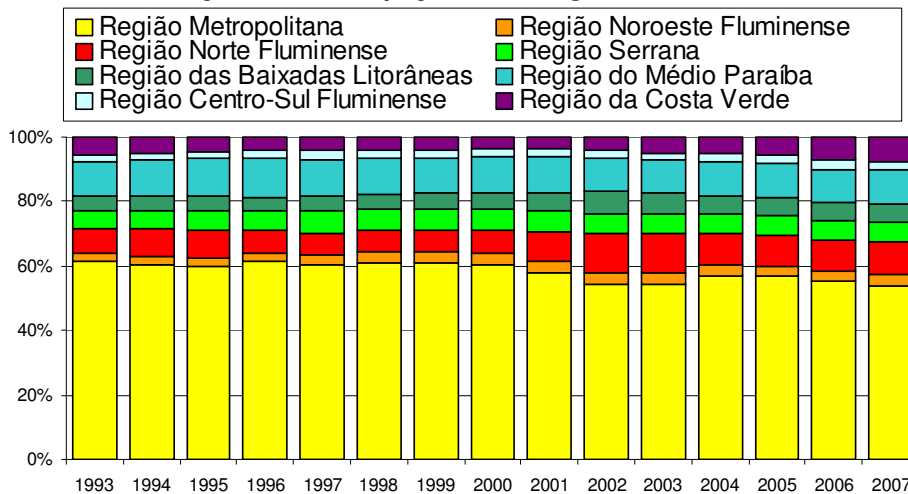
Para fixação do IPM, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 63/90, da parcela de 25% do ICMS que cabe aos municípios do produto da arrecadação desse imposto, três quartos (75%) são proporcionais ao valor adicionado médio dos dois anos anteriores. Um quarto (25%) tem por base critérios de população, área, receita própria, cota mínima e de ajuste econômico estabelecidos na Lei nº 2.664/96.

A análise do comportamento do IPM nos últimos 15 anos demonstra uma gradual desconcentração da atividade econômica no Estado, tendo a Região Metropolitana perdido 12% de sua participação entre 1993 e 2007.

As regiões que mais avançaram em suas participações nesse mesmo período e, portanto, em suas economias, foram Costa Verde, com 42% de aumento, Norte Fluminense, com 36%, e Baixadas Litorâneas, com 25%. Mais modestos foram os crescimentos do Noroeste Fluminense, 18%, Centro-Sul Fluminense, 8%, e Serrana, 7%. A Região do Médio Paraíba também teve suas variações, mas o resultado final foi zero de aumento. O gráfico seguinte ilustra essas variações:

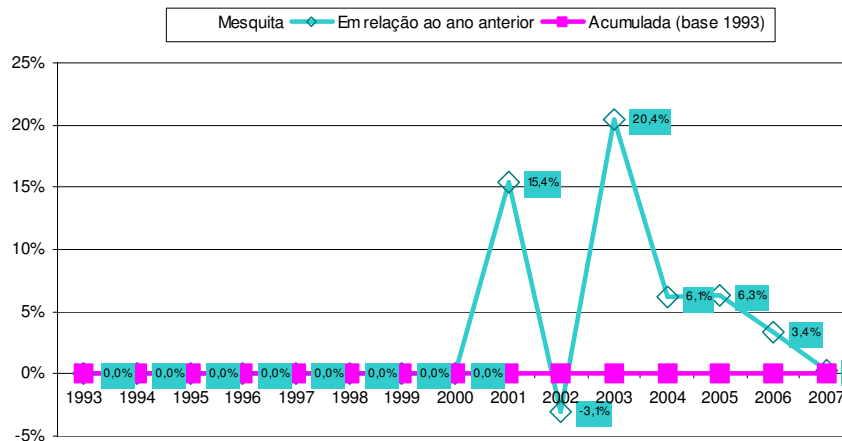
MESQUITA

Evolução das Participações das Regiões no IPM-RJ



Na figura seguinte é apresentada a evolução do IPM do município em análise. A variação desse Índice, com a defasagem de tempo determinada para sua apuração, espelha o desempenho econômico local frente ao conjunto do Estado. A forte variação de 2001 em relação a 2000 deve-se à transição de simples distrito para município autônomo. A variação acumulada a partir de 2001 é de 36,5%.

Taxa de Variação do IPM



A partir de 2009, um novo componente será considerado na construção do IPM e, conseqüentemente, no critério de repartição dessa parcela de 25% do ICMS. A Lei nº 5.100/07 prevê que as prefeituras contarão com maior parcela desse imposto se investirem na preservação ambiental. O repasse do chamado ICMS Verde representará 2,5% do valor distribuído aos municípios. O percentual aumentará gradativamente: 1% em 2009; 1,8% em 2010; e, finalmente, 2,5% no exercício fiscal de 2011. De acordo com a Secretaria de Estado do Ambiente²⁰, calcula-se que o repasse anual para as prefeituras que investirem na manutenção de florestas, nos cuidados com a água e no tratamento de lixo alcançará R\$100 milhões em 2011. Deverá ocorrer mudança institucional em todos os

20 Fonte: http://www.sematur.rj.gov.br/pages/sup_biod/biodiversidade_projetos/bio_proj_icmsverde.html.

possíveis beneficiários que não estejam estruturados para a gestão ambiental, uma vez que, para habilitar-se aos recursos previstos nesta lei, cada município deverá organizar seu próprio sistema municipal do meio ambiente, com respectivos conselho e fundo, e órgão administrativo executor da política ambiental municipal.

O índice inclui critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas, qualidade ambiental dos recursos hídricos (mananciais e tratamento de esgoto), bem como coleta e disposição final adequada dos resíduos sólidos. O primeiro valor deste índice²¹ já foi calculado pela Fundação CIDE, a partir de dados fornecidos pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema, Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF e Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - Serla.

Além de serem listadas áreas de proteção, mananciais, tipos de tratamento de esgoto, locais e formas de disposição final de resíduos, pode-se deduzir pelo índice final e seus componentes que o quadro atual de preservação ambiental é crítico em muitas localidades:

- Apenas 15 municípios terão direito a mais da metade desta cota do ICMS. Outros 61 receberão menos de 1% cada, sendo nulo o repasse para 15 deles.

- As áreas protegidas têm 90% de sua distribuição em 26 municípios que compõem as maiores manchas verdes do estado. Ainda neste componente, 25 municípios receberão participação por terem suas próprias unidades de conservação, com destaque para Mesquita, Resende e Conceição de Macabu.

- Dos recursos hídricos, 13 municípios serão beneficiados por terem mananciais, com ênfase para Rio Claro, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. Em relação ao tratamento de esgoto, 19 municípios têm, em maior ou menor grau, alguma participação.

- Um grupo de 42 municípios mostra esforços para adequação da destinação final de resíduos sólidos urbanos, enquanto 45 apresentam alguma iniciativa para remediar vazadouros existentes.

A tabela seguinte apresenta os percentuais de participação de Mesquita em cada um dos componentes mencionados anteriormente em relação ao total dos municípios. O índice final espelha o percentual do total a ser distribuído da parcela do ICMS Verde:

Índice Final de Conservação Ambiental	3,638318801
Índice Relativo de Mananciais de Abastecimento	0%
Índice Relativo de Área Protegida	2,7955%
Índice Relativo de Áreas Protegidas Municipais	25,0720%
Índice Relativo de Tratamento de Esgoto	0%
Índice Relativo de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos	1,2821%
Índice Relativo de Remediação dos Vazadouros	2,3810%

21 - Disponíveis no sítio <http://www.cide.rj.gov.br/cide/download/ICMS%20Verde%20FINAL%2030-04-08.xls> . Acessos em 10/07/2008.

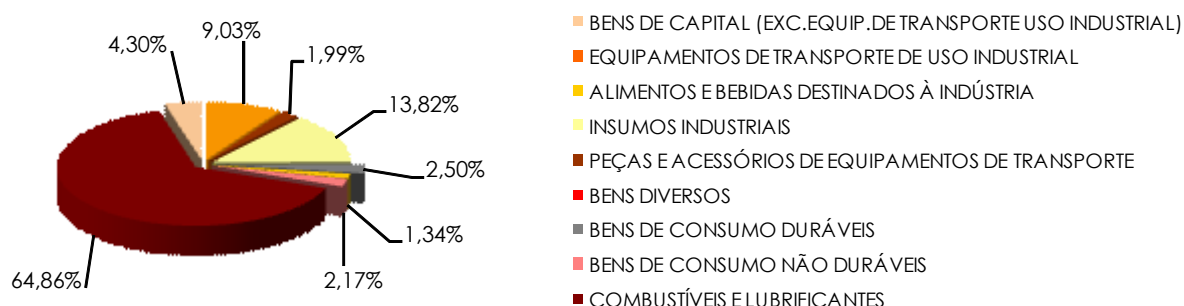
MESQUITA

Comércio exterior

Em tempos de economia globalizada, torna-se relevante analisar o desempenho desse setor na realidade fluminense. De acordo com a Secex, em 2007, a balança comercial do Rio de Janeiro apresentou superávit de US\$4,7 bilhões, contra US\$4,2 bilhões em 2006. Este resultado representa quase 12% do total do país.

As exportações totalizaram US\$14,3 bilhões. Produtos básicos representaram 58,8% e os manufaturados, 34,6%. O gráfico a seguir apresenta a composição da pauta de exportações do Rio de Janeiro em 2007. Os combustíveis e lubrificantes continuaram como líderes absolutos.

Composição das exportações do Rio de Janeiro por categoria de uso em 2007



Os dez produtos mais importantes da pauta de exportações representaram 77,5% do total exportado. Os óleos brutos de petróleo ficaram outra vez no topo da lista, com receita de US\$8,4 bilhões. Merecem destaque as exportações de polietileno, indicativo da diversificação da estrutura industrial fluminense.

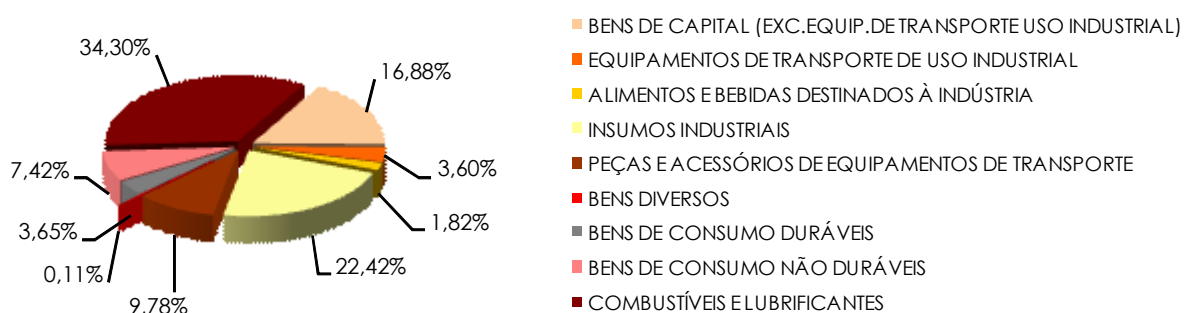
Descrição	2007		
	US\$	Part%	Kg
TOTAL	14.315.694.020	100	26.363.243.827
10 Principais em 2007	11.100.297.056	77,54	24.350.833.022
ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO	8.409.968.372	58,75	20.737.058.695
PLATAFORMAS DE PERFURAÇÃO /EXPLORAÇÃO FLUTUANTE	555.676.184	3,88	47.760.000
"FUEL-OIL"	438.935.406	3,07	1.311.678.480
CONSUMO DE BORDO - COMBUSTÍVEIS E LUBRIF.P/EM	360.874.893	2,52	957.480.363
OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS C/FUNÇÃO	324.188.568	2,26	11.364.573
OUTRAS GASOLINAS	315.363.276	2,2	473.078.686
LAMIN.FERRO/AÇO, L>=6DM,GALVAN.OUTRO PROC.E<4.	199.741.832	1,4	255.400.254
LAMIN.FERRO/AÇO, L>=6DM,ESTANHADO,E<0.5MM	198.248.507	1,38	238.143.990
CONSUMO DE BORDO - COMBUSTÍVEIS E LUBRIF.P/AE	171.023.805	1,19	211.560.481
OUTROS POLIETILENOS S/CARGA,D> =0.94,EM FORMAS	126.276.213	0,88	107.307.500

O principal destino das exportações fluminenses continua a ser os Estados Unidos, com participação de 26% em 2007. Entre as principais empresas exportadoras do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobras é a líder absoluta das vendas externas estaduais. Na lista que segue figuram as dez empresas com maiores valores de venda em 2007 que, reunidas, contribuíram com 85,90% do total exportado. Entre elas, encontram-se representantes das indústrias petrolífera/petroquímica, metalúrgica e automotiva.

Ranking	Empresas	2007	
		US\$	% Part.
TOTAL		14.315.694.020	100
10 Principais em 2007		12.299.077.761	85,90
1	PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. PETROBRAS	9.133.938.401	63,80
2	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	789.330.979	5,51
3	FSTP BRASIL LTDA	555.676.184	3,88
4	SHELL BRASIL LTDA	469.463.625	3,28
5	MARÍTIMA CONSTRUÇÕES NAVAIS S/A.	409.772.790	2,86
6	VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA	230.196.835	1,61
7	PEUGEOT-CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA	204.102.762	1,43
8	SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇÕES IND. E COM.	182.074.520	1,27
9	RIO POLÍMEROS S.A.	180.900.397	1,26
10	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A.	143.621.268	1,00

As importações do Rio de Janeiro somaram US\$9,6 bilhões, mais de 31% de crescimento em relação a 2006. Produtos básicos representam 31,7% da pauta, contra 66,9% dos manufaturados. O gráfico a seguir mostra a composição da pauta de importações do Rio de Janeiro segundo a categoria de uso dos produtos.

Composição das importações do Rio de Janeiro por categoria de uso em 2007



A tabela a seguir apresenta os dez principais produtos da pauta de importações do Rio de Janeiro. Reunidos, eles representam 67,9% do total importado. A comparação entre este percentual e a proporção de mais de 77% que os dez principais produtos exportados representaram do respectivo total ilustra a maior diversificação das importações do Estado. Mesmo assim, o principal produto de importação também são óleos brutos de petróleo.



MESQUITA

Descrição	2007		
	US\$	Part%	Kg
TOTAL	9.566.901.494	100	11.001.108.612
10 Principais em 2007	6.496.196.459	67,90	10.177.816.852
ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO	2.264.316.716	23,67	4.540.214.000
PARTES DE TURBORREACTORES OU DE TURBOPROPULSOR	549.633.986	5,75	132.734
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO,1500<CM3<=3000,AT	368.129.197	3,85	41.200.270
OUTRAS HULHAS,MESMO EM PÓ,MAS NÃO AGLOMERADAS	317.069.489	3,31	3.265.530.912
ÓLEOS LUBRIFICANTES SEM ADITIVOS	167.643.821	1,75	198.415.591
TRIGO (EXC.TRIGO DURO OU P/SEMEADURA),E TRIGO	153.185.125	1,60	687.341.541
OUTROS AVIÕES A TURBOÉLICE,ETC.7T<PESO<=15T,V	131.517.858	1,37	126.764
OUTRAS PARTES P/AVIÕES OU HELICÓPTEROS	118.213.039	1,24	629.230
OUTROS MEDICAM.CONT.PRODS.P/FINS TERAPÊUTICOS	98.587.340	1,03	1.334.369
OUTROS TUBOS FLEXÍVEIS DE FERRO OU AÇO	83.859.119	0,88	8.269.998

Na lista dos países de origem das importações fluminenses, a exemplo das exportações, os Estados Unidos também continuam na liderança, com quase 27% de participação, proporção muito próxima à verificada por este país entre os destinos das vendas externas do Rio de Janeiro. No segundo lugar entre os países de origem das importações fluminenses permanece a Arábia Saudita com participação de 15,4%, em linha com a maior aquisição de óleos brutos de petróleo pelo Estado. Vale mencionar também o acréscimo das compras provenientes da Argentina, terceiro lugar com 8,6% de participação.

A maior empresa importadora também é a Petrobras. A Peugeot-Citroën importa três vezes mais do que exporta e a Companhia Siderúrgica Nacional, ao contrário, importa a metade daquilo que exporta.

Ranking	Empresas	2007	
		US\$	% Part.
	TOTAL	9.566.901.494,00	100,00
	10 Principais em 2007	5.814.967.532,00	60,78
1	PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. PETROBRAS	2.682.233.498,00	28,04
2	PEUGEOT-CITROËN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA	687.483.420,00	7,19
3	GE CELMA LTDA.	645.733.446,00	6,75
4	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	408.038.653,00	4,27
5	BAYER S.A.	389.626.712,00	4,07
6	COMANDO DA AERONÁUTICA	366.586.365,00	3,83
7	SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇÕES IND. E COM.	220.608.113,00	2,31
8	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	176.532.888,00	1,85
9	WELLSTREAM DO BRASIL INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA	132.429.401,00	1,38
10	INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA SCHERING PLOUG	105.695.036,00	1,10

Comércio exterior do município

De acordo com a Secex, Mesquita teve um movimento de exportação de US\$5.890.598 no ano 2007 e suas importações somou US\$4.179.625.

Esse comportamento revela uma mudança significativa do saldo comercial entre 2007 e 2006, ano em que as importações somaram US\$11.260.957, contra US\$3.815.167 de exportações.

Diferentemente dos demais municípios com atividade comercial externa, não foi possível obter informações mais detalhadas sobre Mesquita no sítio da Secex relativas a composição da pauta de comércio exterior, seus produtos, países de origem e de destino, tampouco as empresas mais representativas na área.

Agropecuária

Apesar da pouca expressividade que a agropecuária tem no Estado do Rio de Janeiro, para muitos dos municípios das regiões Serrana, Centro-Sul, Norte e Noroeste Fluminense essa atividade adquire relevância, seja por sua representatividade econômica, seja pela utilização de mão-de-obra intensiva. Tais características justificam a análise pormenorizada do tema.

Quadro da evolução da pecuária municipal

O Estado do Rio de Janeiro tem sua economia agropecuária ainda incipiente, representando menos de 1% do PIB local. Anualmente o IBGE divulga sua Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM. Os dados são obtidos pela rede de coleta daquele Instituto, mediante consulta a entidades públicas e privadas, produtores, técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente à produção, comercialização, industrialização, fiscalização, fomento e assistência técnica à agropecuária. A coleta de dados baseia-se num sistema de fontes de informação representativo de cada município, gerenciado pelo agente de coleta do IBGE, que obtém os informes e subsídios para a consolidação dos resultados finais.

Detentor do segundo maior rebanho de bovinos no mundo, perdendo apenas para a Índia (USDA, 2007), o rebanho brasileiro de bovinos encontra-se disperso por todo o território nacional, com maior concentração na Região Centro-Oeste do País. No ano 2006 somavam 205,9 milhões de cabeças, das quais apenas 1% estavam no Rio de Janeiro. Pará e Amapá são os grandes criadores de búfalos, com 55% do total de cerca de 1,2 milhão de animais, contra 5,5 mil no RJ. O maior número de eqüinos estava em Minas Gerais e na Bahia, tendo o RJ uma cota de 1,8% do total. Os maiores efetivos estaduais de caprinos, asininos e muares foram observados na Bahia. A participação do RJ era de, respectivamente, 0,3%, 0,2% e 1,1%. O efetivo de suínos foi de 35,2 milhões de unidades, com maior concentração na Região Sul e somente 0,5% no RJ. O Brasil é o terceiro produtor mundial de carne de frango, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Em 2006, existiam no Brasil 821,5 milhões de unidades de frangos, a metade na Região Sul e 28% na Região Sudeste, principalmente em São Paulo, enquanto o RJ participava com apenas 1,5%. Havia 191,6 milhões de galinhas, sendo a Região Sudeste a maior produtora, mas cabendo ao RJ apenas 0,4% do total. São Paulo também tinha o

MESQUITA

maior estoque de codornas. Rio Grande do Sul era o maior produtor nacional de coelhos, com um terço dos 300 mil animais, enquanto o RJ possuía 16,4 mil unidades.

Em resumo, a tabela abaixo da PPM 2006 demonstra o efetivo dos rebanhos nas regiões e no Estado do Rio de Janeiro em 31 de dezembro daquele ano:

Rebanho	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	RJ
Bovinos	205.886.244	41.060.384	27.881.219	70.535.922	27.200.207	39.208.512	2.095.666
Bubalinos	1.156.870	706.072	126.757	71.489	137.058	115.494	5.405
Eqüinos	5.749.117	670.439	1.428.543	1.133.022	1.001.349	1.515.764	105.014
Muare	1.386.015	190.569	691.019	163.486	60.748	280.193	15.870
Asininos	1.187.419	41.300	1.080.158	14.731	5.074	46.156	2.153
Suínos	35.173.824	1.962.164	7.167.368	4.004.854	15.984.115	6.055.323	168.197
Caprinos	10.401.449	155.114	9.613.847	116.996	252.209	263.283	33.040
Ovinos	16.019.170	496.755	9.379.380	987.090	4.491.523	664.422	44.973
Galináceos*	821.541.630	18.167.075	82.099.458	82.279.151	409.923.190	229.072.756	12.059.836
Galinhas	191.622.110	9.501.891	39.835.712	18.133.185	54.766.485	69.384.837	892.240
Codornas	7.207.830	82.536	1.292.979	312.037	1.155.973	4.364.305	333.788
Coelhos	299.738	2.355	28.293	2.812	170.097	96.181	16.439

* Exceto galinhas

No Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o IBGE, Campos dos Goytacazes e Itaperuna destacam-se no estoque de bovinos (237 mil e 110 mil cabeças, respectivamente), havendo um segundo grupo na faixa dos 50 a 70 mil animais em Macaé, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Valença, Bom Jesus do Itabapoana, Cantagalo e Cambuci.

Campos também tem o maior rebanho de eqüinos, seguido de Araruama, Santo Antônio de Pádua e Petrópolis.

Casimiro de Abreu concentra a criação de bubalinos; Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Cachoeiras de Macacu e, novamente, Campos dos Goytacazes têm o maior número de mulas, enquanto Araruama, o de asininos.

Os suínos estão concentrados em Barra do Piraí, Petrópolis, Campos, Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro e Nova Friburgo.

Os caprinos são mais presentes em Itaperuna, Nova Friburgo e Rio Bonito. Já os ovinos, em Araruama, Campos e São Francisco de Itabapoana.

Barra do Piraí, São José do Vale do Rio Preto e Rio Claro concentram as criações de galos, frangas, frangos e pintos. Galinhas, em Paraíba do Sul e São José do Vale do Rio Preto. Este último faz dupla com Cachoeiras de Macacu no maior estoque de codornas. A incipiente criação de coelhos tem alguma expressão em Nova Friburgo, Teresópolis e Araruama.

A Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, não apresenta registros de atividade de criação de animais no município.

Quadro da evolução da agricultura municipal

Outra pesquisa do IBGE, consolidada na publicação Produção Agrícola Municipal – PAM, mensura as variáveis fundamentais que caracterizam a safra de mais de 60 produtos oriundos de lavouras temporárias e permanentes. Dentre eles, encontram-se aqueles de grande importância econômica, muitos sendo *commodities*. Outros têm uma relevância maior sob o ponto de vista social, pois compõem a cesta básica do brasileiro ou movimentam economias locais, dando sustento a famílias de baixa renda.

Em 2006 a produção agrícola gerou mais de 98,3 bilhões de reais, um aumento de apenas 2,9% em relação a 2005, impulsionados principalmente pelo crescimento da cana-de-açúcar, do café e da laranja.

A produção brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas foi de 117,3 milhões de toneladas em 2006, um aumento de 4,1% quando comparada ao ano anterior. Esse aumento deve-se, principalmente, à recuperação na produção de milho, 21,5% maior que a de 2005, alcançando 10,1% do valor da produção agrícola, terceiro produto no *ranking*.

A safra nacional de café em 2006 teve um aumento de 20,2% na produção e de 37,1% na receita em relação a 2005, alcançando R\$9,3 bilhões, quarto produto no *ranking* de geração de riqueza. O acréscimo observado no volume produzido ocorre principalmente em consequência do ciclo da espécie, que faz com que haja alternância de anos de alta ou baixa produtividade.

A cana-de-açúcar vem recebendo grandes investimentos nos últimos anos para atender à crescente demanda de álcool no mercado interno e externo. Esse aumento está relacionado ao esforço de muitos países em reduzir a dependência do petróleo e utilizar combustíveis limpos. Esses fatores influenciaram o preço da cana-de-açúcar que, apesar de ter crescido somente 8,1% na produção, aumentou em 29,1% sua receita, praticamente atingindo 17 bilhões de reais, mantendo o segundo lugar do valor da produção nacional com 17,3% do total.

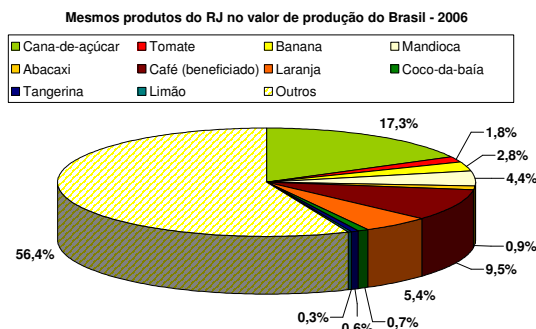
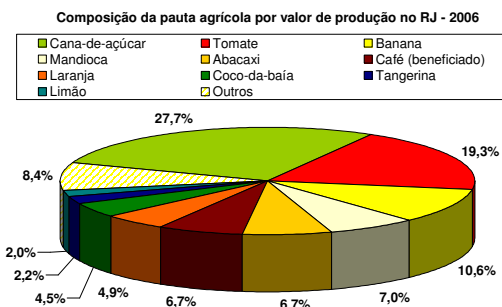
A soja mantém a liderança, sendo responsável por 18,8% do valor total da agricultura brasileira, mesmo tendo obtido uma redução de 15,1% na receita contra aumento de 2,5% no volume produzido em relação a 2005.

Em 2006, o quinto lugar foi da laranja, responsável por 5,4% do valor da produção brasileira. A cultura é concentrada no Estado de São Paulo, maior produtor da fruta no mundo e também o maior produtor de seu suco. O volume produzido aumentou 1% enquanto a receita subiu 33,1%.

Das 63 culturas investigadas, 22 são frutíferas, a maior parte comercializada no mercado interno gerando uma receita de 16,5 bilhões de reais. A participação brasileira no comércio exterior de frutas ainda é pouco significativa.

O Estado do Rio de Janeiro há anos mantém uma participação inferior a 1% do valor total produzido no país, participando com somente 28 culturas, dez delas com alguma expressão econômica. O perfil diferenciado da agricultura fluminense fica evidenciado quando se compara a composição por pauta de produção:

MESQUITA



A tabela a seguir apresenta a evolução deste setor nos últimos anos.

Cultura	Quantidade Produzida (toneladas) - RJ					% do valor da produção em 2006
	2002	2003	2004	2005	2006	
Cana-de-açúcar	7.215.278	7.234.790	8.653.494	7.554.495	6.835.315	27,7%
Tomate	163.124	173.029	203.228	209.131	212.631	19,3%
Banana	176.633	161.769	160.916	162.327	163.670	10,6%
Mandioca	173.393	154.693	178.094	174.707	152.611	7,0%
Abacaxi	66.206	68.975	76.149	78.365	93.922	6,7%
Café (beneficiado)	6.359	7.217	15.494	15.734	15.876	6,7%
Laranja	106.748	103.995	69.437	69.814	68.228	4,9%
Coco-da-baía (mil frutos)	51.084	56.523	67.966	71.206	77.738	4,5%
Tangerina	46.201	45.808	42.237	41.687	41.121	2,2%
Limão	28.818	29.632	33.479	34.117	34.452	2,0%
Outros 18 itens						8,4%

Das lavouras temporárias, Campos dos Goytacazes se destaca na cana-de-açúcar, com 3,8 milhões de toneladas em 2006, e está no centro da produção dos demais grandes produtores, os municípios vizinhos São Francisco de Itabapoana, 1M t, Quissamã, 700 mil t, Carapebus, 252 mil t, Cardoso Moreira e São João da Barra, ambos na faixa das 175 mil toneladas.

Os vizinhos São José de Ubá e Cambuci estão entre os maiores produtores de tomate, juntamente com Paty do Alferes, todos na faixa das 30 mil t em 2006. Em outro patamar encontram-se São José do Vale do Rio Preto, 14 mil t, e Vassouras, Santo Antônio de Pádua, Nova Friburgo, São Sebastião do Alto, Bom Jardim e Sumidouro.

São Francisco de Itabapoana é o grande produtor de abacaxi fluminense. Ali a mandioca também tem expressão, com 45 mil t em 2006, seguida pelo município da capital, com 22 mil t, e por Campos dos Goytacazes, na faixa das 11 mil t.

A Região Noroeste Fluminense está à frente na produção de milho: Itaperuna com 4.700 t, Bom Jesus do Itabapoana com 2.000 t, seguidos de São José de Ubá, Varre-Sai, Miracema e Cambuci na faixa das 1.000 t, como também outros próximos, como Duas Barras e São Sebastião do Alto. A mesma região também lidera no plantio de arroz e feijão.

Entre as culturas permanentes, Porciúncula se destaca no café; Mangaratiba e Itaguaí na banana; Quissamã e Itaguaí no coco-da-baía; Araruama e Rio Bonito na laranja e no limão; como também Araruama e Teresópolis na tangerina.

O cultivo de todas as culturas mencionadas é disseminado no Estado sem, todavia, adquirir maior expressão senão nos municípios mencionados. Apresentamos, na tabela adiante, uma série histórica com informações sobre a quantidade produzida dos produtos pesquisados pela PAM de 2002 a 2006 em Mesquita:

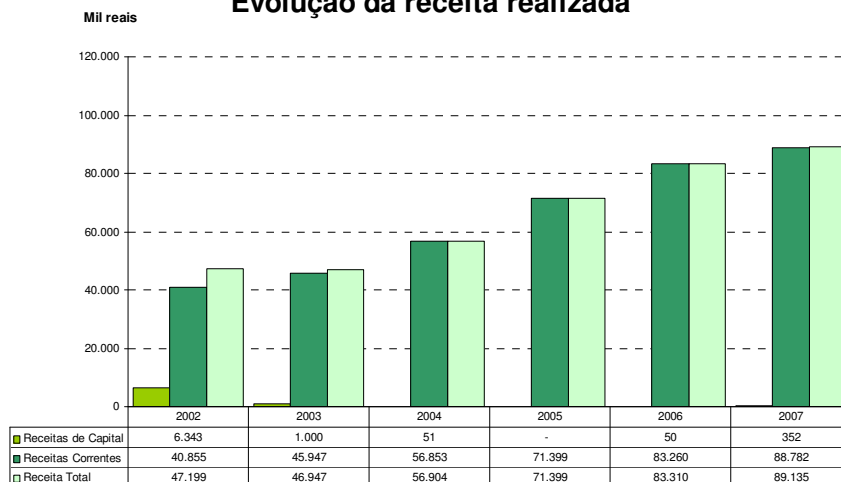
Cultura	Ano				
	2002	2003	2004	2005	2006
Cana-de-açúcar (Tonelada)	1750	1750	1750	1750	1750
Mandioca (Tonelada)	120	120	120	120	120
Banana (Tonelada)	45	45	50	50	50

V - INDICADORES FINANCEIROS ²²

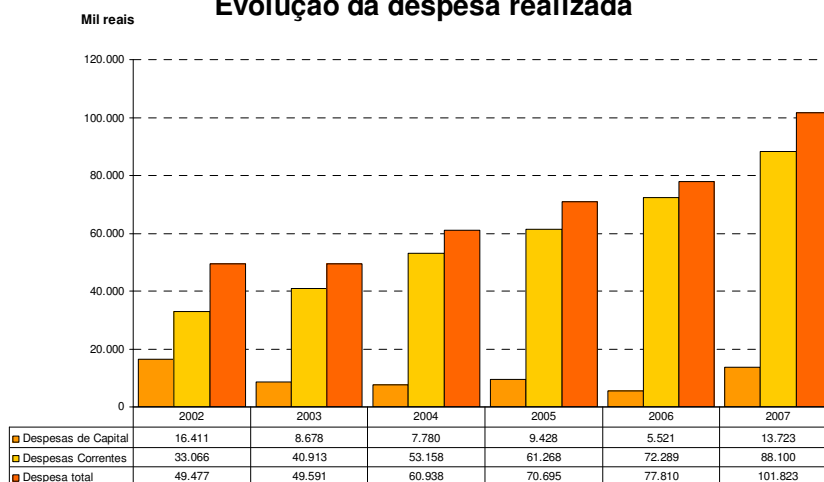
O presente capítulo atém-se tão-somente à análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do município, com base em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ. A administração direta pode não contemplar todas as receitas recebidas por outros órgãos municipais diretamente, fundo a fundo ou via receita própria de entidades da administração indireta.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2002 a 2007 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

Evolução da receita realizada



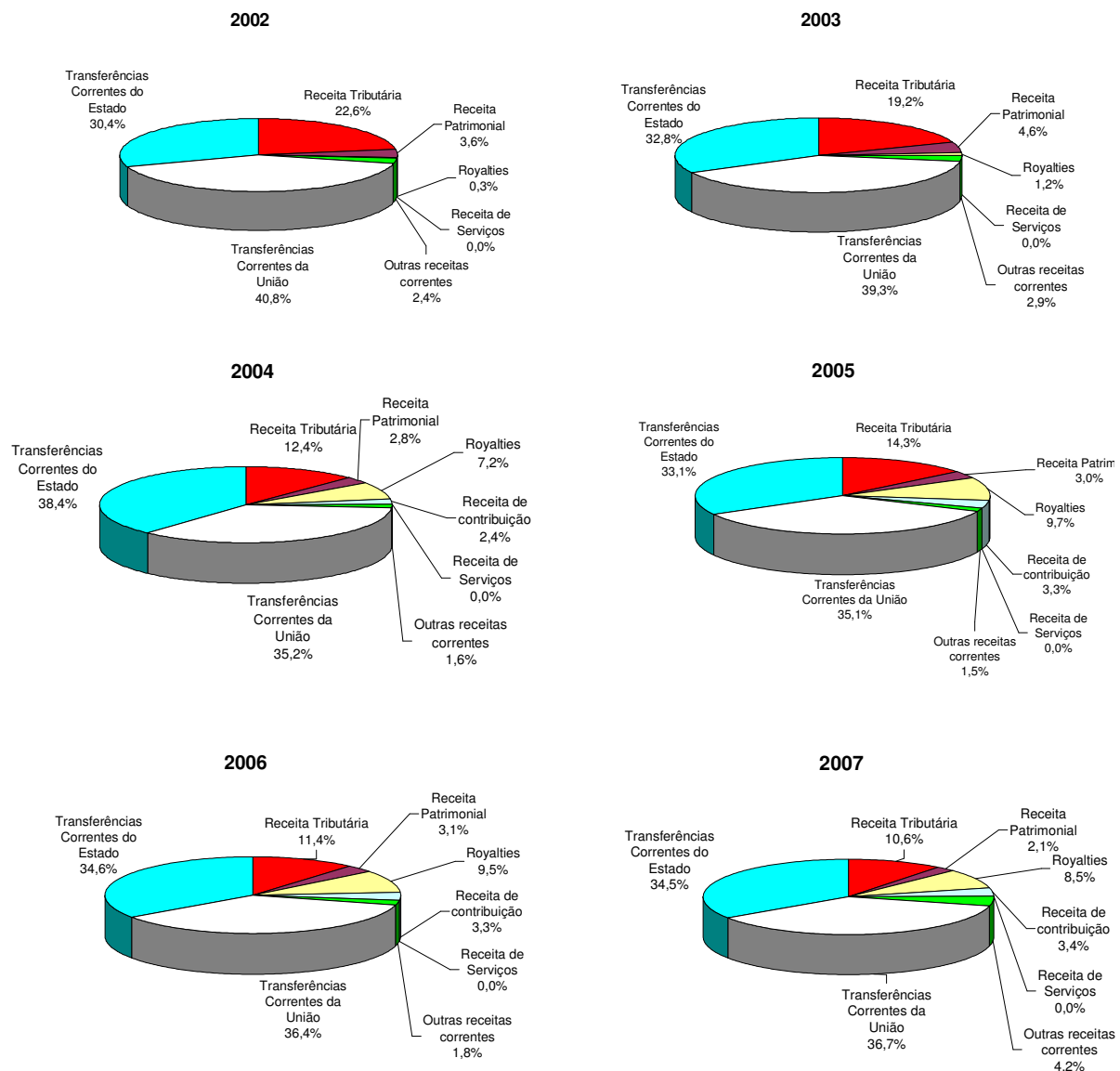
Evolução da despesa realizada



22 - Fontes: Prestações de Contas 2002 a 2007 – dados revisados em relação à edição anterior – 2007 com balanços consolidados; Fundação CIDE: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2002 a 2007.

A receita realizada aumentou 89%, enquanto que a despesa cresceu 106% entre 2002 e 2007.

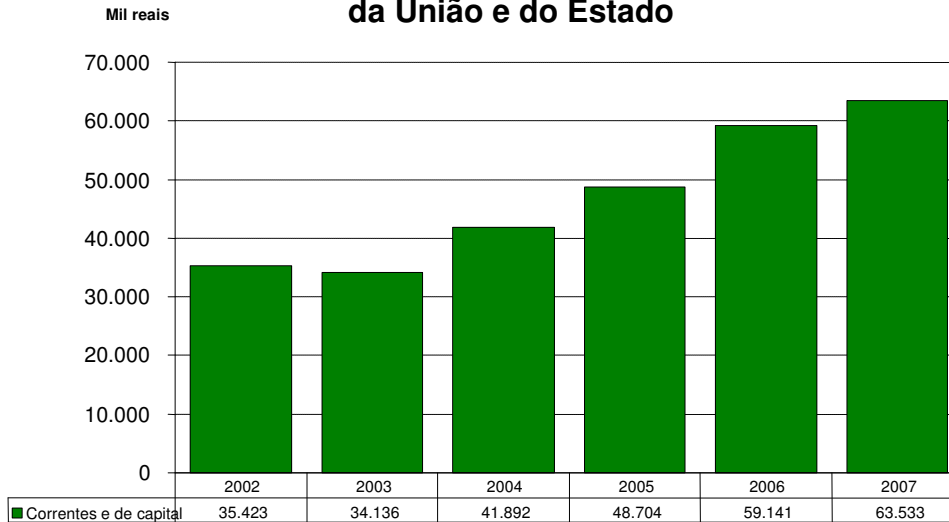
Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:



Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 10,6% do total no ano 2007.

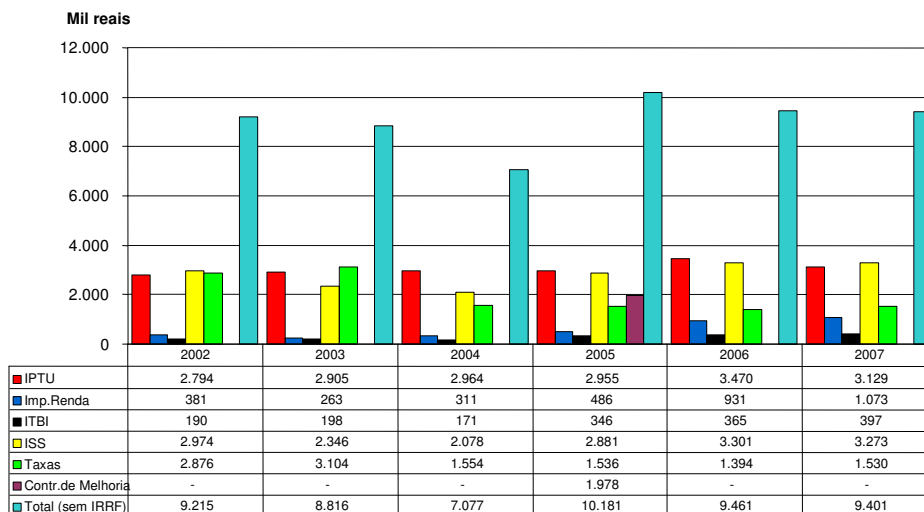
O montante total transferido pela União e pelo Estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 79% entre 2002 e 2007:

Evolução das transferências da União e do Estado



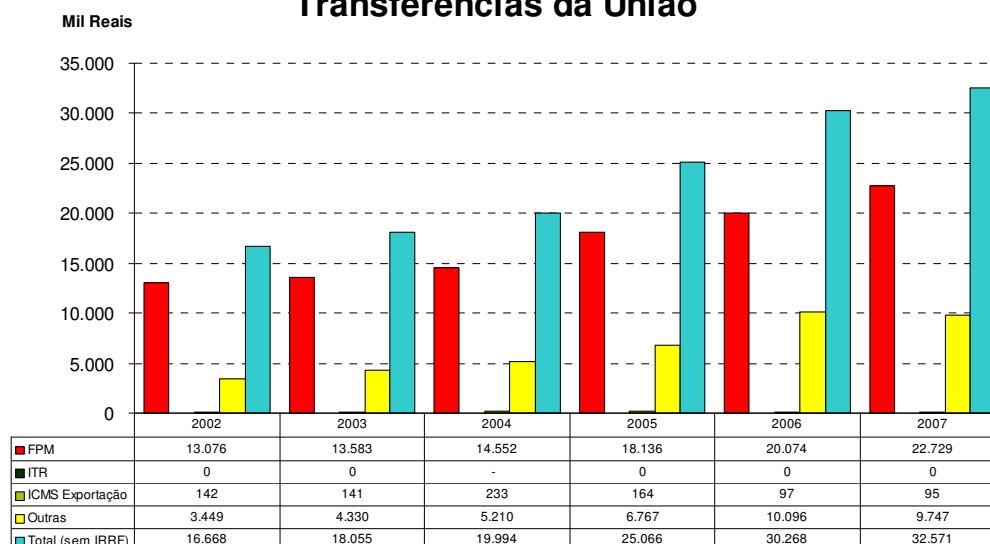
A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de apenas 2% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 10% na arrecadação de ISS e de 182% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 12% na receita de IPTU, de 109% no ITBI, contra queda de 47% nas taxas.

Evolução e Composição das Receitas Tributárias



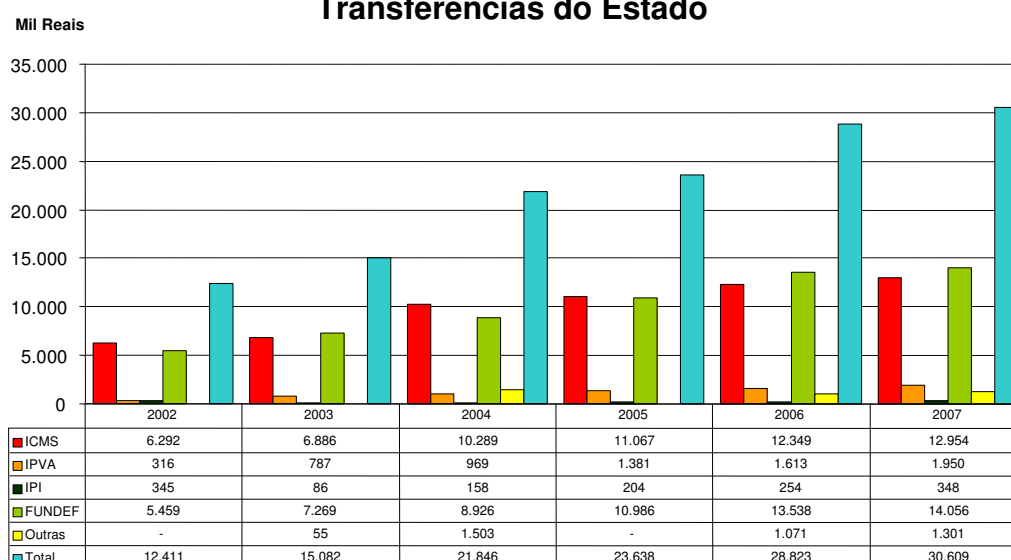
As transferências correntes da União cresceram 95% no período, com aumento de 74% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

Evolução e Composição das Transferências da União



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 147% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 106% no repasse do ICMS e o crescimento de 157% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Evolução e Composição das Transferências do Estado



Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais.

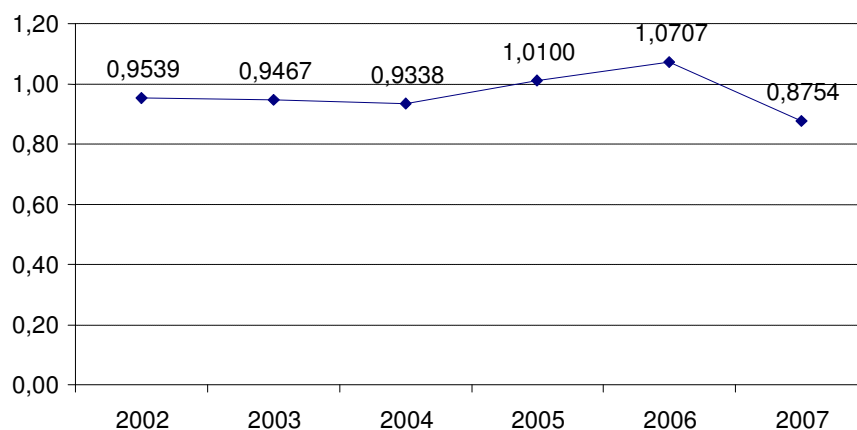
1) Indicador de equilíbrio orçamentário em 2007:

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R}\$89.134.728}{\text{R}\$101.823.089} = 0,8754$$

Este quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$87,54 para cada R\$100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando desequilíbrio orçamentário em quatro dos seis anos em análise.

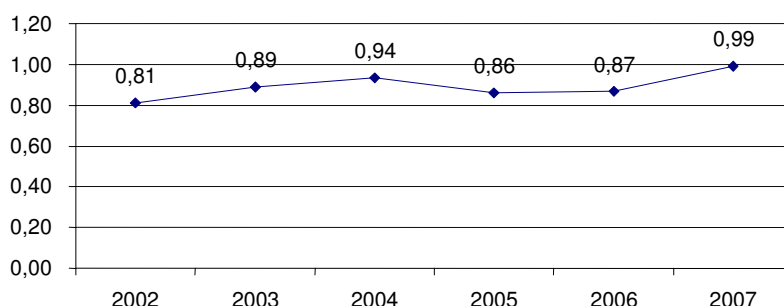
Indicador de equilíbrio orçamentário**2) Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2007:**

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R}\$87.931.392}{\text{R}\$88.782.328} = 0,99$$

Este indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 99% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2002.

Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 166% entre 2002 e 2007, enquanto que as receitas correntes cresceram 117% no mesmo período.

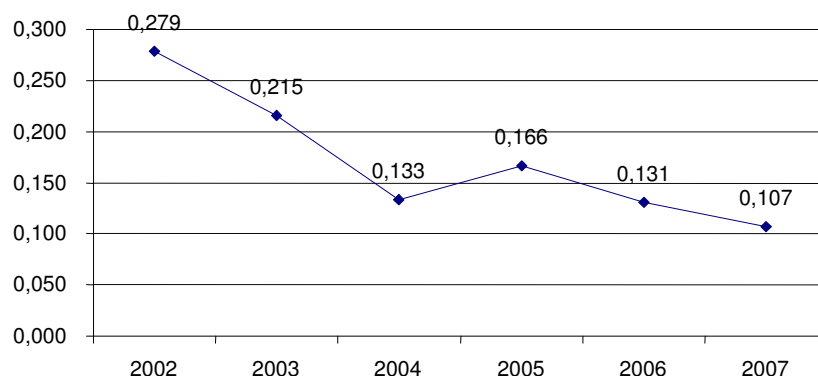
3) Indicador da autonomia financeira em 2007:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$9.401.331}}{\text{R\$87.931.392}} = 0,107$$

Este indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 10,7% no exercício de 2007. A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

Indicador da autonomia financeira



MESQUITA

Houve redução da autonomia municipal, uma vez que a Receita Tributária cresceu 2% no período, contra 166% de aumento das despesas de custeio.

No período analisado, houve queda na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

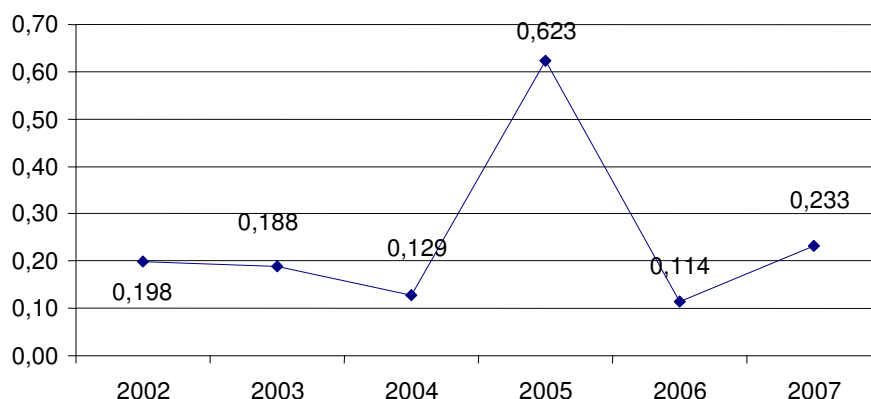
4) Indicador do esforço tributário próprio em 2007:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{\text{R\$9.401.331} + \text{R\$11.358.819}}{\text{R\$89.134.728}} = 0,233$$

Este indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 23,3% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua *performance* está demonstrada no gráfico a seguir.

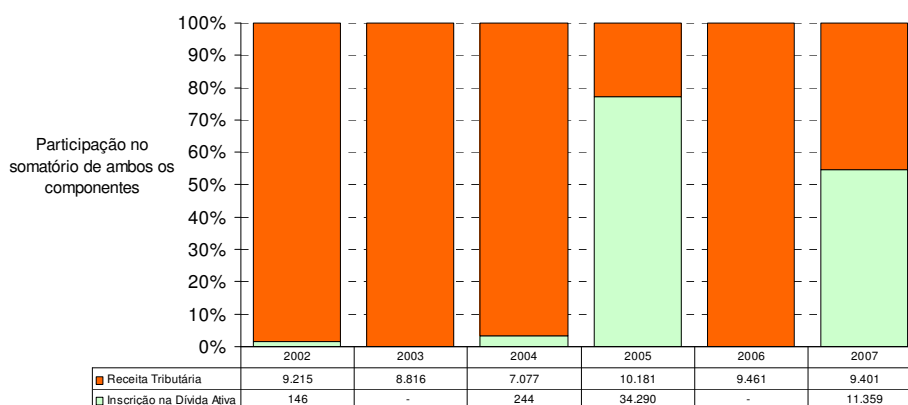
Indicador do esforço tributário próprio

Houve aumento de 17% neste indicador nos últimos seis anos, por conta, principalmente, dos volumes líquidos inscritos na dívida ativa.

Não resta dúvida que a maior parte da capacidade de investimento do Município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

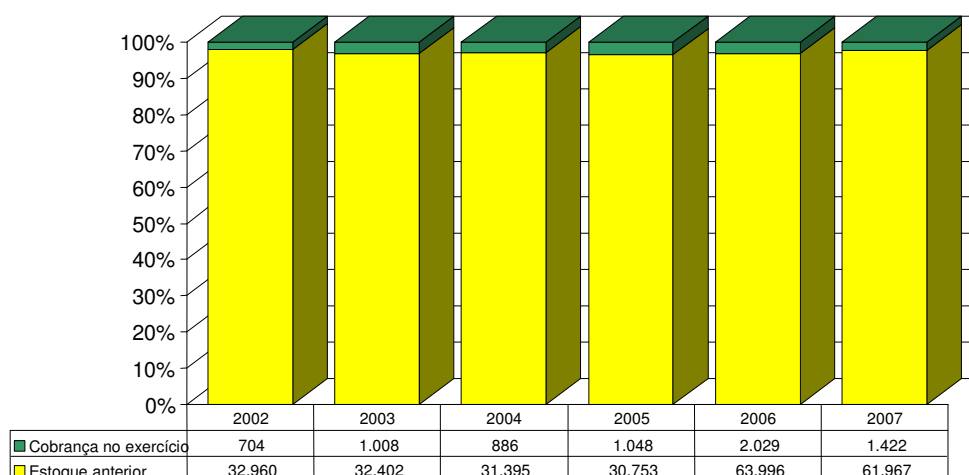
Há de se ressaltar, também, dentro de nossa análise, quanto aos valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios²³. Dentro dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

Comparativo entre receita tributária e inscrição na dívida ativa



O gráfico abaixo apresenta a *performance* da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Eficácia da Cobrança da Dívida Ativa



Não houve cancelamento da dívida ativa no período.

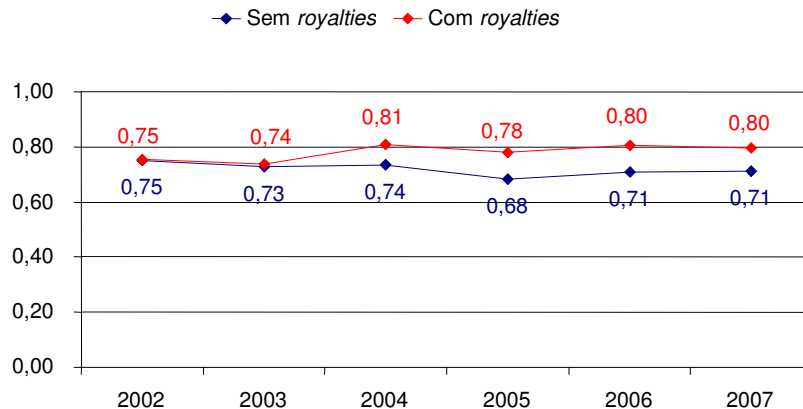
23 - Gráficos seguintes com valores em milhares de reais correntes.

5) Indicador da dependência de transferências de recursos em 2007:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$63.532.803}}{\text{R\$89.134.728}} = 0,71$$

A receita de transferências representa 71% do total da receita do município em 2007. O gráfico a seguir apresenta os valores deste indicador para os anos anteriores, demonstrando uma aparente redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

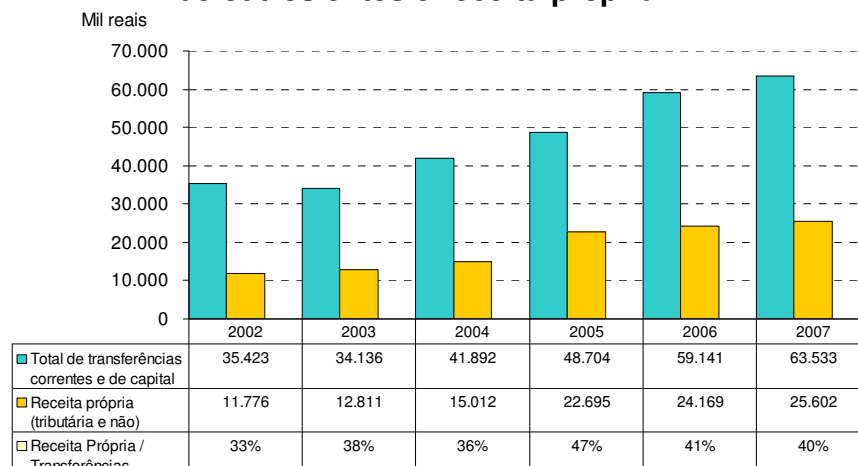
Indicador da Dependência de transferências de recursos



Somadas as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2007, subiria para 80%.

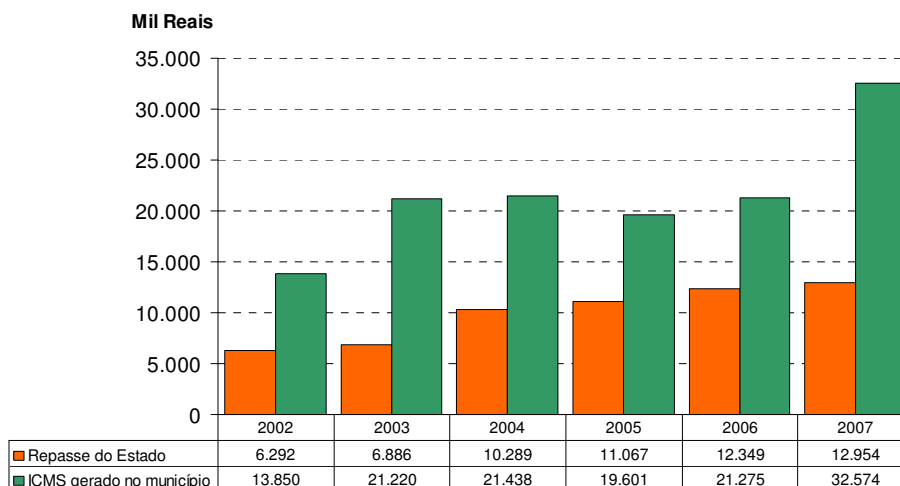
Este indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do Município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$7,5 milhões em 2007.

Comparativo entre transferências de outros entes e receita própria



Outra maneira de verificar a autonomia municipal é a comparação do valor do ICMS arrecadado no município com o repasse feito pelo Estado (excluída a parcela do FUNDEF), apresentada no gráfico que segue.

**Comparativo entre ICMS
arrecadado e redistribuído**



6) Indicador da carga tributária *per capita* em 2007:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}}$$

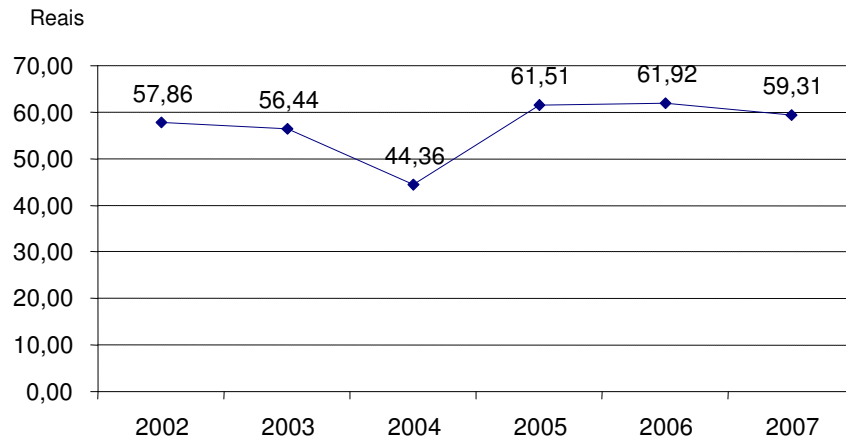
$$\frac{R\$9.401.331 + R\$1.422.408}{182.495} = R\$59,31/\text{habitante}$$

Este indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2007, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 59 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 3% no período.



Indicador da carga tributária *per capita*



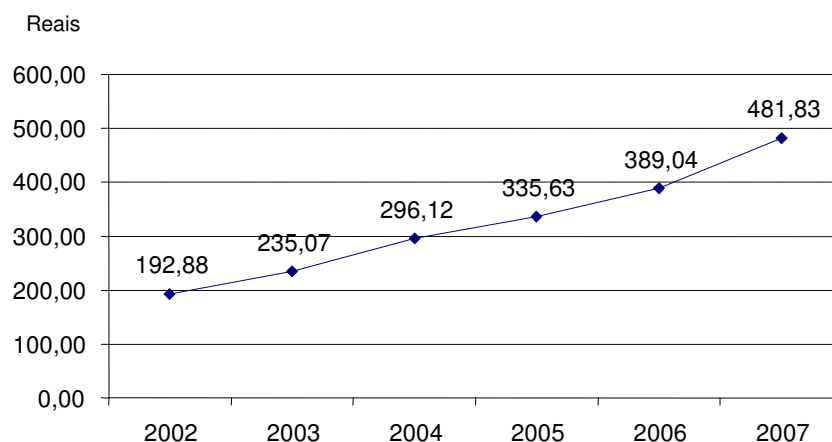
7) Indicador do custeio *per capita* em 2007:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$87.931.392}}{182.495} = \text{R\$481,83/hab}$$

Este indicador demonstra, em tese, o “*quantum*” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 482 reais em 2007. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 150% no período de 2002 a 2007.

Indicador do custeio *per capita*



8) Indicador dos investimentos *per capita* em 2007:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$11.736.875}}{182.495} = \text{R\$64,31/hab}$$

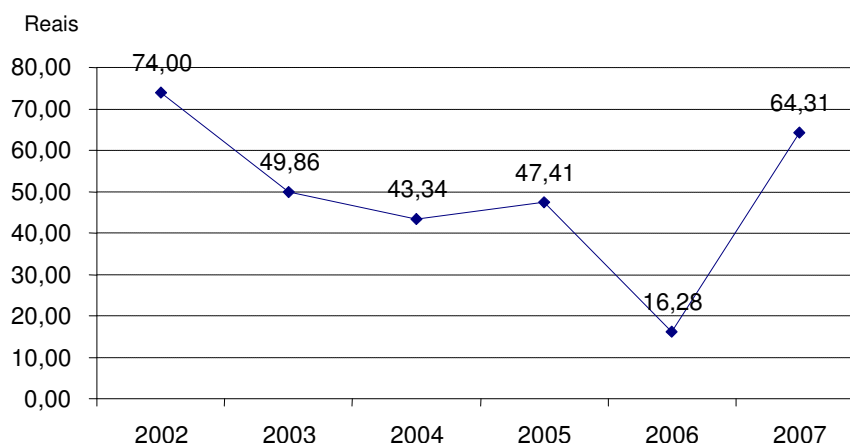
Este indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2007, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a 64 reais em benefícios diretos e indiretos.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$59,31 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$64,31 representaria praticamente que os tributos pagos pelos cidadãos a eles retornaram como investimentos públicos.

O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Indicador dos investimentos *per capita*



9) Indicador do grau de investimento em 2007:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$11.736.875}}{\text{R\$89.134.728}} = 0,1317$$

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

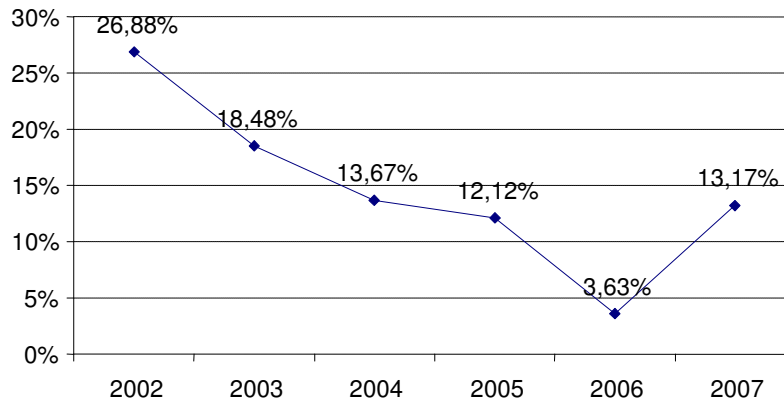
Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 13,2% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (*Indicador nº 2 - comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa*) já **se compromete** 99% das receitas correntes.



MESQUITA

Esse quociente vinha apresentando níveis bons, mas em declínio, evidenciando uma parcela considerável dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

Indicador do grau de investimento



10) Indicador da liquidez corrente em 2007:

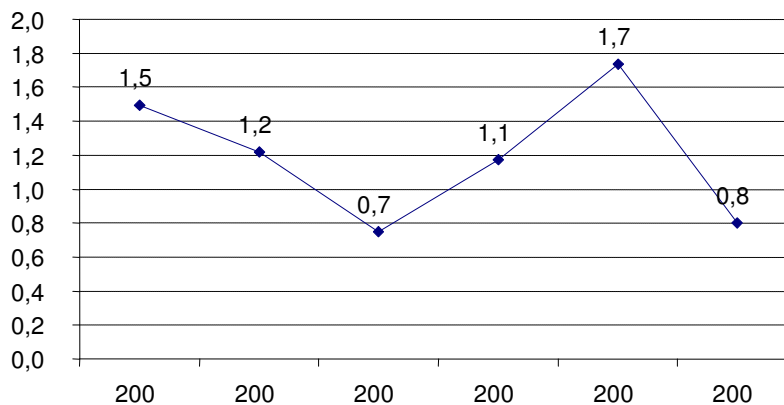
$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$16.938.349}}{\text{R\$21.182.639}} = 0,80$$

Este quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas desfavoráveis à solvência imediata dos compromissos a curto prazo assumidos pela Prefeitura, dificultando, ou até mesmo impossibilitando, a assunção de novos compromissos.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve equilibrada em quatro dos seis anos analisados.

Indicador de liquidez corrente



VI - CONCLUSÃO

O município de Mesquita tem sua população estimada em 182.495 habitantes em 2007, apresentando densidade demográfica de 4.387 pessoas por km², a 5ª maior do Estado. O total de 122.226 eleitores representou 1,11% dos 10,9 milhões de eleitores do Rio de Janeiro – o 15º colégio eleitoral fluminense.

De acordo com pesquisa do IBGE, no ano 2006 a estrutura administrativa municipal dispunha de 1.680 servidores, o que resulta em uma média de 9 funcionários por mil habitantes, a 91ª maior no Estado.

O governo eletrônico é uma importante ferramenta que visa a otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Apesar da relevância que hoje se reveste a tecnologia da informação e da comunicação, a pesquisa realizada aponta que o sítio oficial de Mesquita na internet oferece apenas 4 tipos de informação e um único serviço interativo. O município possibilita algum tipo de transação *online* por meio da rede mundial de computadores.

Quanto à educação, Mesquita teve 29.428 alunos matriculados em 2007, uma variação de -3,7% em relação ao ano anterior. Eram 858 estudantes na creche, 40% na rede municipal, e 2.384 na pré-escola, 47% deles em 11 estabelecimentos da Prefeitura. O ensino fundamental foi ofertado a 20.998 alunos, 49% deles em 18 unidades municipais e 31% em 12 estabelecimentos da rede estadual.

Para o conjunto do Estado do Rio, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental devem subir de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2021, e de 2,9 para 4,9 nos anos finais (6ª a 9ª séries). As metas abrangem as dependências administrativas de cada ente, com desafios para todos.

A rede municipal teve nota média de 3,9 para os anos iniciais do ensino fundamental, resultado que deixou Mesquita posicionado em 61º entre 91 avaliados, alcançando a meta estabelecida para 2007. Quanto aos anos finais, obteve grau médio 3,3 – 62º entre 83 avaliados, não atendendo a meta estabelecida para 2007. Já a rede estadual pontuou 2,8 no primeiro segmento, 77º entre 77 avaliados. O segundo segmento tirou nota média 2,8, ficando o município em 67º entre 90 avaliados, não tendo atingido as metas estabelecidas para 2007 pelo MEC.

O ensino médio, por sua vez, teve 5.188 alunos matriculados, 91% na rede estadual, disponibilizado em 13 unidades escolares. Sua proficiência no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem foi de 48,683, a 74ª no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM, que enfatiza temas de competência municipal, ponderando igualmente emprego/renda, educação e saúde, Mesquita classificou-se em 1.772º lugar no *ranking* nacional e ficou em 61º entre os municípios fluminenses. Dentre seus componentes, o referente a Emprego e Renda ficou em 30º lugar, Educação logrou a 86ª posição e Saúde alcançou o 71º posto.

O Produto Interno Bruto – PIB a preços básicos de 2006 alcançou R\$1.662 milhões, 16ª posição entre os 92 municípios fluminenses. Este PIB *per capita* foi de R\$8.955,83. Considerada a média do Estado como índice 100 (aí excluída a produção de



MESQUITA

petróleo e gás no mar), o PIB de Mesquita ficou em 61,41, o que representa a 25ª colocação. Segundo o levantamento, o PIB local teve as seguintes contribuições, por setor da economia:

Agropecuária	0,0%	Extração de outros minerais	0,0%
Indústria de transformação	0,8%	Comércio atacadista	5,4%
Comércio varejista	0,7%	Construção civil	51,5%
Serviços industriais de utilidade pública (água e esgoto, energia elétrica e gás encanado)			2,6%
Transportes	3,3%	Comunicações	2,2%
Instituições financeiras	0,2%	Administração pública	13,6%
Aluguéis	14,9%	Outros serviços	4,8%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Izaías da Costa. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- ALENCAR, Marco Antônio Barbosa de. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2002, TCE-RJ, 2003.
- CARVALHO JUNIOR, Jonas Lopes. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2007, TCE-RJ, 2008.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, IBGE - IBGE, Rio de Janeiro, 1959.
- ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro, FIDERJ, Rio de Janeiro, 1978.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN, Agenda Brasil 2002 – Temas Prioritários, Rio de Janeiro, FIRJAN: 2002.
- _____. Desburocratização Eletrônica nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FIRJAN: 2002.
- _____. Desburocratização Eletrônica nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FIRJAN: 2005.
- _____. Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2006/2015. Rio de Janeiro, FIRJAN: 2006.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CIDE, 1987.
- _____. Índice de Qualidade dos Municípios – Verde, Rio de Janeiro, CIDE, 2000.
- _____. Índice de Qualidade dos Municípios - Verde II, Rio de Janeiro, CIDE, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico – 2000 – Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- _____. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- _____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002 a 2007.
- _____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- _____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- _____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- _____. Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes 2002. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 2003.
- _____. Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes 2003. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, 2004.
- _____. Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes 2004. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2005.



MESQUITA

_____. Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes 2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 2006.

_____. Produção Agrícola Municipal: Culturas Temporárias e Permanentes 2006. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 2007.

_____. Produção da Pecuária Municipal 2002. Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, 2002.

_____. Produção da Pecuária Municipal 2003. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2003.

_____. Produção da Pecuária Municipal 2004. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 2004.

_____. Produção da Pecuária Municipal 2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 2005.

_____. Produção da Pecuária Municipal 2006. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, 2006.

_____. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico: 2000 IBGE - IBGE, Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Série Informações Estatísticas da Agricultura. São Paulo: IEA, 1990.

RABELLO, Julio L. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2005, TCE-RJ, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL, Prestações de Contas de Administração Financeira do Município dos Exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007. Prefeitura.

QUINTELLA, Sérgio F. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2003, TCE-RJ, 2004.

SOUZA, Aluisio Gama de. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2004, TCE-RJ, 2005.

_____. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2006, TCE-RJ, 2007.

Equipe responsável

Coordenadoria de Auditoria de Qualidade

André de Lemos Braga

Equipe

Carlos Eduardo Lopes Soares

Marcelo Franca de Faria Mello

Vânia Brandão Lázaro

Editoração, revisão de texto e arte

Emanoel Antônio dos Santos

Margareth Peçanha

Maria Inês Blanchart

Moira de Toledo

Vera Ferreira

Virgílio Meneghetti